



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXXVII — Nº 031

SÁBADO, 27 DE MARÇO DE 1982

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 27ª SESSÃO, EM 26 DE MARÇO DE 1982

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**SENADOR ADERBAL JUREMA** — Divagações sobre o Brasil no ano 2008.

**SENADOR ITAMAR FRANCO** — Apreciações sobre tópicos do pronunciamento de seu antecessor na tribuna.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 114/81 — Complementar, de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais do direito tributário, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 47/82.

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho para fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar, Eduardo Gomes, patrono da Força Armada Aérea Brasileira. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º-salário devido aos trabalhadores avulsos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 35/82.

##### — 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR HUMBERTO LUCENA**, como Líder — Validade da mensagem dirigida ao povo brasileiro pelo Diretório Nacional do PMDB, em face da Nota do PDS divulgada hoje pela Imprensa do País. Documentos encaminhados ao Sr. Ministro da Justiça a respeito da atuação desenvolvida pelo Procurador-Geral da República, no episódio ocorrido no Estado de Pernambuco, denominado "o escândalo da mandioca".

**SENADOR JOSÉ LINS**, como Líder — Reparos ao pronunciamento do orador que o antecedeu na tribuna.

**SENADOR ALMIR PINTO** — Campanha desenvolvida pelo Governo com vistas a conscientizar a população para as vantagens do álcool como combustível.

**SENADORA LAÉLIA DE ALCÂNTARA** — Semana Nacional da Alimentação.

**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Centenário de nascimento do poeta cearense José Albano.

#### 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

#### 2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Sr. Paulo Brossard, pronunciado na sessão de 23-3-82.

Do Sr. Evandro Carreira, pronunciado na sessão de 24-3-82.

Do Sr. Dinarte Mariz, pronunciado na sessão de 24-3-82.

#### 3 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

— Ata de Reunião do Conselho

#### 4 — MESA DIRETORA

#### 5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

**ATA DA 27ª SESSÃO, EM 26 DE MARÇO DE 1982**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura**  
**PRESIDÊNCIA DOS SRS. PASSOS PÓRTO, CUNHA LIMA E JORGE KALUME**

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — João Calmon — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Gastão Müller — Mendes Canale — Afonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Lenoir Vargas — Octávio Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Não há Expediente a ser lido.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Aderbal Jurema.

**O SR. ADERBAL JUREMA** (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Venho a esta tribuna para repetir um gesto; quando aluno do Ginásio Oswaldo Cruz, no Recife, nos idos de 1928/29, escrevi uns contos fantásticos onde a personagem principal era a Cidade de Brasília como Capital de nosso País. Naquela ocasião, comecei um conto dizendo: "Corre o ano de 1988, a Cidade de Brasília, Capital da República brasileira, está em formação."

Dai em diante, falei sobre a arquitetura brasiliense, sobre as corridas de automóvel, sobre o progresso do Brasil, a interiorização através de Brasília.

Certa vez, o contrerrâneo do Senador Itamar Franco, o Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira, ao ler esses contos, disse-me: "Aderbal, adiantei-me mais de 30 anos a sua profecia" — porque eu falava que Brasília estava em formação no ano de 1988.

Hoje, já vivido com 23 anos de mandato parlamentar, dos quais 22 na capital que sonhei, venho a esta tribuna, numa sexta-feira que não é 13, para dizer, fantasticamente: "Corre o ano de 2008, e a cidade de Brasília continua como capital deste País. Há um surto de desenvolvimento tão grande que a cibernética colabora na ordem pública de uma democracia que nem é aquela do século passado, do *laissez-faire* e do *laissez-passer*; tampouco a democracia intervencionista de um Franklin Delano Roosevelt, quando usou de todos os poderes da República dos Estados Unidos da América para, através da New Deal, salvar o seu país da bancarrota; nem tampouco a democracia dos Tenentes de 30; nem a democracia do desenvolvimento em alta pressão de JK; nem a democracia relativa do Presidente Ernesto Geisel; nem a democracia de transição do Presidente João Figueiredo. É a democracia do ano 2008; a democracia dos juros bancários baixos; os entendimentos entre o alto conselho do ano 2008. O alto conselho de equilíbrio sócio-econômico que funcionava como órgão consultivo do Congresso Nacional, sugeriu que os juros mensais fossem no máximo de 1% a 2%, voltando àquela época dos juros de 12% ao ano.

Mas, no ano que nós estamos vivendo, o ano 2008, o problema do petróleo não justificava nenhuma inflação, porque ele desapareceu. Comotambém o esforço que fizeram os brasileiros nos anos de 1980 a 2000 foi superado por um outro tipo de energia que não a elétrica, que não a nuclear, a atômica, porquanto havia uma energia do indivíduo, onde todos na sociedade se entendiam, e de mãos dadas evitavam que houvesse a tutela árabe do preço do combustível, trazendo para nós esses altos e baixos que viveram os homens de 1980.

No ano 2008 nós já estávamos em plena captação, em plena domesticação da energia solar, de tal forma que todos os transportes acumulavam em baterias cibernéticas essas energias, fazendo com que desaparecesse no Brasil o espectro do aumento de gasolina que reflete no aumento do custo de vida. O álcool, combustível nosso, combustível doméstico, cumpria uma outra missão nos setores da química e da medicina; o álcool deixava de se abastardar como energia motora, para se transformar em energia criadora.

Aluguéis, o fantasma dos aluguéis. No ano 2008, numa democracia cooperativista em que todos, de fato, cooperavam, em que até o sentido caudilhesco de governo e a valentia das oposições se transformavam em diálogos florentinos de punhos de renda, onde as palavras parlamentares, quer no ple-

nário das duas Casas do Congresso, quer pela imprensa, se preocupavam em trazer, tanto da parte do Governo, como da parte da Oposição, contribuições para um entendimento, em face do aumento de população, em face do autogoverno de todos nós, e não havia mais notas e notas — notas de governo e nota da oposição. O que havia era um entendimento do governo e da oposição, no sentido de construir uma nação cooperativista.

Neste ano de 2008, acordávamos em nossas residências, pois, quando o trabalhador tinha um salário inferior à capacidade de aquisição de um imóvel para a sua família ou para o pagamento de um aluguel para manter a sua prole numa residência decente, o Estado vinha em ajuda e complementava esse aluguel.

Era assim no ano 2008. Não havia a preocupação portuguesa da casa própria. O que havia era a preocupação social de que todos pudessem morar decentemente.

Portanto, leis de inquilinato, aluguéis de casa, que de um ano pra outro sobem assustadoramente, isso não existia, porque estavam liberados. Havia, então, uma liberdade de oportunidade, a concorrência aberta numa sociedade cooperativista.

O famoso imposto de renda, que se está transformando em animal de jardim zoológico — hoje no Brasil é representado pelo rei dos animais — isto no ano 2008 não existia. Existia, sim, muito respeito pelo jardim zoológico, para que lá as crianças conhecessem a fauna da África, da Ásia e das Américas. Os animais, não viviam urrando nas telas de televisão no ano de 2008.

Neste ano o que havia era o sentido cívico, o espírito público, a espontaneidade com que cada cidadão declarava o que ganhava, dentro dos percentuais, ele mesmo, antes que lhe fosse cobrado — como o londrino hoje, que passa pela banca de jornal e coloca os pences e tira o jornal, tira a revista. Assim também, no ano 2008, os bancos não seriam mais os senhores feudais deste País. Eram apenas organismos de arrecadação e empréstimo. Assim, o imposto de renda saiu das telas dos vídeos e se transformou numa coisa humana, natural e não num motivo de perseguição, de tormento e de dor de cabeça.

No ano de 2008 esse problema de ontem — os crediários, os crediários que estão cobrando, sobretudo da pobre classe média, juros mensais de 10% e 11%, e anunciam os jornais o preço de um utensílio em tantas prestações à vista — e, estabelecemos ali a diferença — no ano 2008 esse tipo de crediário desapareceu. Por que desapareceu? Porque o Estado cooperativista defendia os seus cooperados e a Oposição, vigilante nesta área econômica, não deixava que esse tipo de propaganda substituisse a palavra de cooperação nas páginas dos jornais.

No ano 2008 o material escolar, o problema da educação — ali o meu companheiro de Mato Grosso do Sul Vice-Presidente da Comissão de Educação, Gastão Müller, sabe, por experiência própria, quanta criança no seu Estado deixa de ir à escola, não porque a escola não tenha vaga, mas porque não tem condições de comprar livros, não tem condições de comprar roupas, nem para enfrentar a escola. No meu Estado, em Pernambuco, meu caro Senador Gastão Müller, uma nota de livros, de cadernos e acessórios, para uma criança de sete anos, na primeira série do 1º grau, importa em doze a quinze mil cruzeiros.

Então, no ano 2008, estou vendo a escola brasileira com os transportes próprios, o acesso fácil, o livro recebido na escola, de um banco de livros, onde o aluno recebe o livro, assina o termo de responsabilidade e, no fim do ano, devolve aquele livro, tanto quanto possível, íntegro, para que, no ano seguinte, aquele livro passe para seus irmãos ou para outros colegas. Além disso, a escola terá um serviço social no ano 2008: a criança que não pode comprar merenda escolar, os pais, sem que a criança saiba, recebem uma ajuda do Estado Cooperativista, com o compromisso de não dizer aos filhos a origem daquele dinheiro, e todos os dias, entregam aos seus filhos aquela quantia que receberam para que o filho possa comprar merenda igual às outras crianças. Desaparece, portanto, o paternalismo de um almoço estudantil irreal de 30 cruzeiros, porque no ano 2008 há um realismo, no ano 2008 há um sentido de responsabilidade de todos os brasileiros. Esse ano ideal faz com que a escola pré-primária, a escola primária, a escola secundária, recebam a participação das comunidades locais na sua fiscalização. Em vez de ministérios distantes num País tão grande, são as comunidades locais que fiscalizam o ensino. Desaparecem os mandarins do ensino da Capital Federal. Em cada cidade, as mais distantes, em cada distrito, pelo sentido cooperativista, pelo sentido de

cooperação, o conselho de educação funciona como fosse o que era a Câmara Municipal no ano de 1980, participando do orçamento de educação da sua cidade, do seu município, do seu distrito.

Então, as escolas eram públicas, porque o ensino era gratuito, mas elas eram particulares porque o indivíduo, sem precisar de ser prefeito, vereador ou secretário, mandava na escola, igualmente, através do Conselho de educação, eleito pela comunidade — porque só se pratica democracia realizando eleição — era um treinamento para as outras eleições maiores. Elegiam os seus conselhos de educação e estes então, administravam o ensino naquela comunidade.

No ano 2008, eu vi uma coisa muito interessante: uma cidade distante do litoral do Nordeste estava precisando de melhorar a sua escola porque já não dava para o número de crianças em idade escolar. Então, o banco da cidade emprestou o dinheiro ao conselho. O conselho emitiu ações, autorizado pela Câmara Municipal local, e essas ações ao portador, com juros que dessem para pagar apenas o empréstimo do banco. O banco só cobraria 1% de juro ao mês. Esse dinheiro entrava no orçamento da prefeitura, para que esta, em 4, 8 anos, conforme o montante, pagasse esse dinheiro. A escola, de imediato, foi construída e não houve nenhuma necessidade de se apelar para empréstimos irrealizáveis.

No ano de 2008, nós nos sentíamos tranquilos nas escolas superiores. Elas funcionavam sempre em ligação com as fábricas e com as fazendas porque havia uma integração entre mercado de trabalho urbano e rural com os cursos ministrados nas universidades, para que não se encontrassem como motoristas de táxi bacharéis em Direito, economistas, e, sim, motoristas de táxi que haviam passado por uma escola de mecânica e que, também haviam passado por uma escola de bem servir à comunidade, através daquela profissão.

Já os mercados de trabalho, agiam em sintonia com os conselhos distritais e municipais de educação, porque não havia necessidade de conselhos estaduais nem de conselhos federais de educação. Era a valorização do município, era a vida municipal que só se projetava, em termos nacionais, através da Câmara dos Deputados e do Senado da República.

Pois bem, esse ano de 2008 acaba aqui porque apenas foi um sonho que se repete daquele jovem do Ginásio Oswaldo Cruz, no Recife, que previu Brasília em 1928. (*Muito bem! Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Pretendia eu abordar a situação de Minas Gerais sob o ângulo da incorporação, mas, obediente ao meu caro Líder Humberto Lucena, deixo, neste instante, de fazer quaisquer observações que possam agravar a problemática mineira.

Mas aproveito, Sr. Presidente, a presença na tribuna do Senador Aderbal Jurema que, partindo através da sua inteligência, pela sua imaginação, buscou o ano de 2008.

Eu não sei se S. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, ao buscar o ano 2008, falando em juros mais baixos e material escolar abundante, no aspecto crediário, no aspecto da educação, S. Ex.<sup>a</sup> não quis — e talvez não pudesse fazer, porque neste instante é um vice-Líder de Governo, um homem de expressão do Governo — comparar o seu sonho de moço com a realidade de 1982 do Brasil.

O jovem que imaginou o ano de 2008 e o hoje Senador da República — e um Senador do maior respeito desta Casa — poderia ter exatamente fixado o que é o Brasil de 1982, o Brasil de juros escorchantes, o Brasil que não atua e não entra no sistema financeiro, porque o Governo tem medo do sistema financeiro. Um Brasil que assiste, da própria palavra do Sr. Ministro da Educação, não sei se os mandarins do ensino, como quis dizer o jovem romancista do ano de 2008 — mas é o Ministro quem que nós temos sete milhões de crianças que sequer conseguem estudar. E delas, de 100, meu caro Presidente, apenas 17 terminam o 1º grau e 50% sequer conseguem ficar durante alguns dias na escola.

Do sonho do Senador Aderbal Jurema à realidade do ano de 1982, no Brasil, vai uma distância grande. Mas o que nós perguntaríamos ao Senador Aderbal Jurema, através da sua imaginação, pela sua inteligência, é se nós não poderíamos, no Brasil, rapidamente atingirmos aquilo que ele sonhou para o ano 2008. Se, neste instante, nós tivéssemos as modificações estruturais que o Brasil anseia no seu campo econômico, no seu campo social e no seu campo político, talvez o jovem romancista, que sonhou tudo isso ainda aluno no Recife, poderia ver seu sonho realizado em breve tempo neste Brasil de hoje, Sr. Presidente. Mas para isso nós precisaríamos do quê? Nós preci-

sariamos de alterar profundamente as estruturas brasileiras. E nós não precisaríamos, então, dentro do sonho de S. Ex.<sup>a</sup>, esperar pelo ano 2008.

Dentro dessa ótica, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu gostaria de pinçar do discurso do Senador Aderbal Jurema, quando S. ex.<sup>a</sup> fala na participação da comunidade através de eleições, de trazer à meditação do Senado Federal, e particularmente do Senador Aderbal Jurema, se não está chegando a hora, já que nos estamos aproximando das eleições, principalmente daqueles Senadores que não vão disputar mandatos, se esses Senadores, independente de Partidos, não poderiam constituir-se numa comissão que pudesse elaborar um estatuto que impedisse a ação do poder econômico e da máquina estatal nas eleições de 1982.

Quem sabe, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Senado Federal, através de uma comissão interpartidária, poderia debruçar-se nos projetos ainda existentes e juntamente com o Tribunal Superior Eleitoral, impedir, agora, em 1982, através de normas mais explícitas, a ação da máquina estatal, a ação do poder econômico.

Eu vejo ali o Senador Mauro Benevides que, há quantos anos, aqui no Senado Federal, desde que aqui pisou, luta pela fiscalização dos atos do Executivo, Sr. Presidente.

E por que queremos essa comissão interpartidária? Por que o Senado tem que estar presente nessa luta contra a corrupção que se aproxima? É porque, por incrível que pareça, Srs. Senadores, não estamos no ano de 2008, estamos no ano de 1982, em que o Congresso Nacional apenas aprova o seu orçamento fiscal, que é da ordem de 4 trilhões de cruzeiros. Mas, sequer, meu caro Senador Aderbal Jurema, não sei se no ano 2008 isso vai acontecer ainda no Brasil — sequer o Congresso Nacional conhece o Orçamento monetário nacional, sequer conhece o orçamento das empresas estatais, que atinge a mais de 16 trilhões de cruzeiros, e muito menos o orçamento da Previdência Social.

E aqui abro um parêntese, Senador Aderbal Jurema: talvez no ano de 2008 V. Ex.<sup>a</sup>, um ministro da Previdência Social já candidato a Governador, por certo já não continuaria ministro nessa terra. Ele mesmo, já candidato praticamente, através de uma prévia feita pelo seu Partido, no seu Estado, ele mesmo procuraria o Senhor Presidente da República para dizer que, a partir daquele instante, com a prévia realizada no seu Estado, tendo sido escolhido como candidato a candidato ao Governo, ele deixaria o Ministério, para mostrar que a máquina do Ministério não seria empregada na campanha estadual e que ele, como Ministro não permitiria qualquer alegação no sentido de que o Ministério da Previdência Social estar sendo utilizado na campanha do Rio Grande do Sul.

*O Sr. Mauro Benevides* — Permite V. ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ITAMAR FRANCO** — Com muito prazer.

*O Sr. Mauro Benevides* — Nobre Senador Itamar Franco, V. Ex.<sup>a</sup> faz uma análise muito lúcida a respeito da realidade brasileira, utilizando a alocação imaginosa do Senador Aderbal Jurema, que, com muita percuciência, projetou, dentro de suas próprias concepções, aquilo que ele entende ser o Brasil do ano 2008. V. Ex.<sup>a</sup>, apreciando as nossas deficiências, as carências do Congresso Nacional para representar condignamente o povo brasileiro e cumprir as suas prerrogativas, deferidas pela Carta Magna, lembra muito bem a omissão que se tem cometido em termos de utilização da prerrogativa de controle e fiscalização do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo e, sobretudo, sobre os órgãos da administração indireta. V. Ex.<sup>a</sup>, quando se reporta a esta falha da nossa atuação parlamentar, faz menção destacada às empresas estatais que manipulam, pelo que sei, 19 trilhões, neste exercício, muitas delas inadimplentes nos seus compromissos externos, obrigando o Banco do Brasil, que avaliza as suas transações, a responder por todas elas perante os credores e agentes financeiros internacionais. Há seis anos que nós lutamos para que se regulamente o art. 45. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que a Carta de 67 já está vigorando há 15 anos e o Congresso omitiu-se, só não se omitiu porque as iniciativas foram muitas, mas não foi sensível à adoção dessas providências, dessas medidas que trariam, sem dúvida alguma, a valorização do trabalho parlamentar, projetando o Legislativo diante do povo. Queira Deus, nobre Senador, que, dentro daquela concepção imaginosa do ano 2008 do Senador Aderbal Jurema, nós já tenhamos no Congresso o instrumental necessário para exercer as suas prerrogativas de fiscalização, para que Senadores e Deputados possam conhecer o funcionamento dessas entidades de administração indireta e exercer junto a elas um trabalho que tenha por finalidade superior e nobre resguardar o interesse público.

**O SR. ITAMAR FRANCO** — Muito obrigado, nobre Senador Mauro Benevides. Oxalá que, no ano 2008, tenhamos uma maioria de Senadores como V. Ex.<sup>a</sup> e que o Senado Federal, em particular, não seja apenas um lugar

de reunião de homens que aqui vêm debater os problemas sem a ressonância devida nos altos escalões da República; Oxalá, Senador Mauro Benevides, que no ano 2008 não aconteça o que está acontecendo neste Brasil, como mostra a última mensagem enviada pelo Senhor Presidente da República, que vai ser examinada agora por uma Comissão Mista, e diz o seguinte:

"Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 2 de fevereiro de 1982."

Os governos mais civilizados, Senador Mauro Benevides, já abandonaram práticas retrógradas como essa que nós só assistimos na Idade Média: uma lei retroagir para favorecer a alguém. Hoje, ela faz isso no campo político, amanhã, Senador Aderbal Jurema, e nós não precisaremos chegar ao ano 2008, esta Nação estará assistindo leis retroagindo no campo administrativo, no campo econômico e no campo social, sempre em benefício dos detentores do poder.

A imaginação, repito, fértil, abundante, do nobre Senador Aderbal Jurema mostrou-nos o que poderá ser o ano 2008. E eu convocaria S. Ex<sup>a</sup>, com o seu vigor físico e com a sua personalidade, para que tentássemos, agora em 1982, mudar a situação econômica, social e política por que esta Nação atravessa. Não mais o jovem romancista, mas o Senador jovem de espírito, porque o que temos assistido, somos nós, Senadores da República, é o sonhar com um Brasil que apenas o será daqui a alguns anos, como legado aos nossos filhos, aquele Brasil que nós poderíamos, neste instante, alterar com a força do Governo aqui presente, com a força da Oposição.

Sr. Presidente, coloquei o problema no seu ponto crucial: cabe ao Senado Federal mostrar como evitar o abuso, o emprego do poder econômico e do poder estatal nas eleições. Não nos iludamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nossa atitude será julgada nas eleições de 1982 e as desculpas virão. O Tribunal Superior Eleitoral não tem forças para impedir, não há um mecanismo. É verdade que o Código Eleitoral já prevê algumas sanções, mas elas têm sido ineptas.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer.

O Sr. Aderbal Jurema — Estou ouvindo encantado as considerações de V. Ex<sup>a</sup>, apoiadas pelo nobre Senador Mauro Benevides. É esse tipo de exploração, partindo da Oposição, que eu julgo construtivo e que pode, sem dúvida, servir de livro didático para os nossos filhos e para os nossos netos. E nesse clima de discussão bem elevado e porque V. Ex<sup>a</sup> aproveitou-se da deixa, da imaginação do nordestino do ano 2008, que me animo a dizer a V. Ex<sup>a</sup> que procurarei, dentro do partido do Governo, do PDS a que pertencço, aproveitar as sugestões sadias de V. Ex<sup>a</sup> para que possamos — Governo e Oposição — sair de um clima que parece caminhar para o passionalismo e enveredarmos num clima de respeito mútuo, como sugere a elegância do seu discurso, no sentido de que possamos corrigir não somente as nossas falhas, mas, sobretudo, corrigir as distorções de um programa de Governo que não é infalível, porque é humano.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado, Senador Aderbal Jurema.

E é exatamente o pronunciamento que faço, desviado da rota que pretendia, a pedido do Líder do meu Partido, Senador Humberto Lucena. O meu propósito era falar um pouco das Minas Gerais. Mas, a deixa de V. Ex<sup>a</sup>, do jovem nordestino que sonhou com o ano 2008, permitiu-me estas divagações. E estas divagações que me levam, exatamente, a propor ao partido do Governo, nesta tarde, que organizemos uma comissão interpartidária, particularmente daqueles senadores que não vão estar em campanha eleitoral, e possamos nós, aqui, no Senado Federal, verificar como poderemos coibir, mas efetivamente — e até lembrei-me do Tribunal Superior Eleitoral que tem uma experiência muito grande nesse sentido coibir repito — o abuso do poder econômico, o emprego da máquina estatal nas eleições de 1982. E as eleições vão ser realizadas, quer queiram alguns, ou não — e já tive oportunidade de dizer daqui da tribuna — que só um golpe de Estado impedirá o Brasil de, em 1982, ter eleições em 15 de novembro. Só um golpe de Estado, Senador Aderbal Jurema, irá impedir a manifestação pacífica e ordeira do povo brasileiro, que anseia por uma rotatividade de poder, em que o Governo haverá de mostrar o que fez e o que deixou de fazer, e nós outros que queremos alteração do modelo econômico que aí está. É o grande debate dos comícios, é o grande debate das praças públicas. E, no grande debate, V. Ex<sup>a</sup> lembrava a era da cibernética, em que teremos que ter acesso ao rádio e à televisão. Mas, para isso é preciso que não haja o avanço da máquina estatal, que governos estaduais, através da corrupção ou do emprego dessas máquinas, venham a impedir que a Oposição possa conquistar este ou aquele governo.

Para mim, particularmente, acho muito mais importante conquistar o Congresso Nacional que este ou aquele cargo de governador, deste ou daquele Estado.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, são estas as considerações que fui obrigado a fazer nesta tarde, buscando um outro norte, já que não queria — como disse ao Senador Líder do meu Partido Humberto Lucena, agravar o problema das Minas Gerais. Eu que tenho sido ou pretendo ser, ou quero ser um homem de entendimento nas hostes do Partido a que pertencço. Tanto é verdade, Sr. Presidente e meu caro Líder Humberto Lucena, que não por fraqueza ou covardia retirei a minha candidatura ao governo do meu Estado para que nós da Oposição não dividíssemos as nossas forças e pudéssemos chegar, numa força conjunta, à convenção de 18 de abril.

Digo a V. Ex<sup>a</sup>, meu caro Senador Humberto Lucena, que mais do que ninguém desta Casa, mesmo a nível nacional — permita-me V. Ex<sup>a</sup> — defendi essa integração, essa incorporação, a união das oposições. Não a defendi agora, quando o Governo, através de medidas casuísticas, fez com que muitos dos outros viessem a nossa casa em função de que o Governo, ateando fogo na aldeia, ocupasse as nossas casas. Nós gostaríamos de receber em Minas Gerais todos aqueles que procuraram a nossa legenda, mas jamais sermos expulsos da nossa casa. Não foi para isso que nós outros defendemos a união das Oposições.

Mas não quero continuar nesta linha de raciocínio e repito, atendendo à determinação do Líder Humberto Lucena, mas se for necessário, Sr. Presidente, voltaremos a esmiuçar, a detalhar a intransigência não nossa, mas daqueles outros que pensam que já venceram as eleições de Minas Gerais, esquecendo a lição do passado, esquecendo a lição da história que a eleição se ganha nas ruas, a eleição não se ganha numa prévia eleitoral de oito meses.

O Sr. Octávio Cardoso — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com todo prazer.

O Sr. Octávio Cardoso — Participo da esperança de V. Ex<sup>a</sup> quanto à lisura dos pleitos, o alijamento do poder econômico nas eleições e todas as expectativas que tem V. Ex<sup>a</sup> para este ano. Agora, acho que mesmo antes de 2008 algumas coisas nós já podemos fazer. Veja, V. Ex<sup>a</sup> refere-se às prévias realizadas no Rio Grande do Sul e acha que o Ministro já deveria afastar-se do Ministério. Acho que antes deveríamos fazer com que todos os partidos em todos os Estados realizassem prévias. Talvez, assim, V. Ex<sup>a</sup> não tivesse sido tragado na voragem de uma incorporação, talvez, com isso, V. Ex<sup>a</sup> não tivesse a sua candidatura alijada, antes mesmo da incorporação. Mas não tenho o menor propósito de fazer intriga nesta Casa e muito menos provocação a V. Ex<sup>a</sup>, que atende solícitamente ao apelo do seu Líder. Mas acho que algumas coisas estão muito em nós realizarmos. E o seu Partido também não só o Governo, tem responsabilidade nesse aprimoramento democrático e nas esperanças que V. Ex<sup>a</sup> deposita no ano 2008.

O SR. ITAMAR FRANCO — Permita-me, agradecendo a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, dizer apenas que eu não fui tragado e nem alijado do processo do meu Estado. Ao contrário, eu mesmo, por livre e espontânea vontade, contra inclusive o desejo do meu Partido, deixei de ser candidato ao Governo do Estado, porque, como homem que defendeu a união das Oposições, eu não poderia dividir as Oposições. Então, há uma diferença e uma colocação de V. Ex<sup>a</sup> que tenho que estranhar: eu não fui tragado nem alijado, ao contrário; até agora, quero frisar isso bem a V. Ex<sup>a</sup>,...

O Sr. Octávio Cardoso — Se V. Ex<sup>a</sup> me permite...

O SR. ITAMAR FRANCO — ... espontaneamente, de acordo com a minha consciência, entendi de não haver disputa no governo de Minas. É possível até que daqui a quinze dias, eu venha a dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não penso assim. Mas, neste instante ainda — vou usar o advérbio de tempo — penso.

O Sr. Octávio Cardoso — Enquanto V. Ex<sup>a</sup> diz ainda, estou absolvido.

O SR. ITAMAR FRANCO — Agora, o que V. Ex<sup>a</sup> não aprofundou e que deveria ter aprofundado — aí eu gostaria que nós tivéssemos debatido, ou poderemos, então, iniciar um debate, sobretudo, quando V. Ex<sup>a</sup> se assenta e representa, neste instante, com muita propriedade, o Líder do Governo nesta Casa — é a presença do Ministro da Previdência Social ainda no Ministério. Aí vale também o advérbio de tempo. E por que o Ministro? Porque o Ministro participou de uma prévia no seu Estado. V. Ex<sup>a</sup> disse que outros Estados deveriam ter realizado prévia, é verdade, quem sabe não puderam realizar por este ou por aquele motivo. Mas vamos enfocar os Estados onde houve a prévia: Rio Grande do Sul, em que o Ministro da Previdência Social lá compareceu. Eu já entendia que na prévia, ele não deveria comparecer como Ministro, deveria comparecer como os outros candidatos. Mas muito mais sério é o homem escolhido numa prévia, candidato que já é candidato, só falta homologação da Convenção e continua exercendo o cargo de Ministro da Previ-

dência Social. O Ministro Jair Soares já deveria ter deixado o Ministério, ele é demissível *ad nutum*; é claro, o Senhor Presidente da República poderia demiti-lo agora ou amanhã. Mas ele não. Aí é que faltou a espontaneidade dele; ele poderia dizer ao Senhor Presidente da República: Senhor Presidente, neste instante, eu sou candidato, um candidato escolhido numa prévia eleitoral e vou disputar o Governo do meu Estado.

V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que nós aqui do Congresso Nacional — e quando eu comecei a minha fala fiz questão de frisar isso — sequer fiscalizamos as verbas da Previdência Social, sequer fiscalizamos os 19 trilhões das empresas estatais. Eu mesmo tenho dois projetos adormecidos na gaveta do Governo, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, propondo que o Congresso Nacional tenha conhecimento do Orçamento monetário nacional, possa examinar o orçamento da Previdência Social.

E o que é mais sério, meu caro Senador e meu caro companheiro de Senado, não fiscalizamos, inclusive, aquelas empresas em que o Governo não é acionário na sua maioria; quando o Governo tem apenas 49% nem o Tribunal de Contas nem o Congresso Nacional fiscalizam.

Eu não vejo, então, como este homem — não o estou acusando de estar empregando a verba da Previdência Social, não estou acusando, porque se eu tivesse provas eu o faria — mas ele, como homem público, neste instante, não poderia mais ser o Ministro da Previdência Social, porque ele é um candidato posto pelo Partido do Governo, disputando uma eleição.

O Sr. Octávio Cardoso — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer.

O Sr. Octávio Cardoso — Desculpe-me pela impertinência, mas V. Ex<sup>a</sup> sabe que nós realizamos uma prévia no Rio Grande do Sul que não era prevista na legislação eleitoral. O nosso candidato não é ainda candidato do Partido, ele será escolhido em convenção, V. Ex<sup>a</sup> mesmo afirmou isso. O que gostaria de dizer é que concordo com V. Ex<sup>a</sup> que o Poder Legislativo, o Parlamento, deveria ter maior poder de fiscalização. O que estou vendo, também, numa curta passagem pelo Senado, é que parece que fazemos uma fiscalização às avessas. Agora, por exemplo, não estamos autorizando alguns empréstimos de alto interesse dos municípios e dos Estados. Por quê? Porque entende a Oposição que os municípios e os Estados já estão demasiadamente endividados e, por isto, não autoriza os empréstimos. Nós sabemos que há muitos municípios e muitos Estados com plena capacidade de endividamento. Parece-me que deveríamos usar mais, então, a nossa prerrogativa de fiscalizar ou, pelo menos, denunciar quando poderes não tivéssemos para exercer outra fiscalização mais efetiva mas, examinarmos, caso a caso, sem o enfoque partidário, alguns aspectos de real interesse das comunidades. Poderia citar, por exemplo, empréstimos que digam respeito ao aparelhamento de corpo de bombeiros e de polícia civil que são serviços necessários à defesa civil das cidades, vítimas, não raro, de inundações, vendavais, incêndios, enfim, de uma série de fatos imprevisíveis pelo homem. Entretanto, o Senado — falo no Senado como um todo e não particularizo quem — se obstina em não examinar esses empréstimos que devem andar pela casa dos 300, e imagino que alguns, legítimos e próprios, deveriam ser concedidos. Então, às vezes, eu me pergunto, se quando nós pleiteamos a faculdade, a prerrogativa de fiscalizar, se nós merecemos essa prerrogativa, quando não somos capazes de discriminar aquilo que podemos autorizar. E já queremos fiscalizar. É apenas uma pergunta que deixo no ar.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex<sup>a</sup> desvia, com muita inteligência, o debate, o enfoque da presença do Ministro da Previdência Social, como candidato a candidato do Governo e a sua permanência no Ministério.

Mas, a primeira colocação que eu faria, não fugindo ao debate, apesar de V. Ex<sup>a</sup> ter desviado, neste instante, a rota do meu pronunciamento, é que os empréstimos são aprovados primeiro por uma razão muito simples: é a ausência de V. Ex<sup>s</sup> no plenário. V. Ex<sup>s</sup>, pelo menos, na soma aritmética...

O Sr. Octávio Cardoso — Eu faço justiça a V. Ex<sup>a</sup>: não me referia apenas à Oposição, e sim à Casa.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex<sup>s</sup>, na soma aritmética, ainda — é sempre válido o advérbio de tempo — são Maioria nesta Casa, pode ser que, a partir de 15 de novembro, já não o sejam, mas neste instante são Maioria. Então, V. Ex<sup>s</sup> não comparecendo, evidentemente, os empréstimos não são aprovados.

Quando há interesse, não de V. Ex<sup>s</sup>, mas quando há interesse do poder maior, V. Ex<sup>s</sup> permanecem aqui, mesmo às vezes, cansados, até de madrugada, para aprovar esta ou aquela mensagem, este ou aquele projeto. Assim se deu na prorrogação de mandatos de prefeitos quando, às 2 horas e 5 minutos da madrugada, o Sr. Presidente do Congresso Nacional, contrariando todas as normas regimentais, fez aprovar a prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores.

Assim se deu quando nós discutimos aqui, durante 20 horas praticamente, a última Lei das Inelegibilidades.

Então, quando há o interesse — e aí me perdoe V. Ex<sup>a</sup>, é sempre com respeito que eu digo isto — V. Ex<sup>s</sup> não têm vontade parlamentar, e quando não há vontade parlamentar, quando essa vontade parlamentar é ditada pelo outro lado, aí realmente se torna difícil que a Maioria seja maioria, porque a Maioria só é maioria quando vem o toque de caixa para que ela se transforme em maioria.

A primeira colocação, em relação ao problema dos empréstimos, é esta — eu não queria nem cair no outro campo — de mostrar a centralização desse modelo econômico que enfraqueceu Estados e municípios e que obriga exatamente a isso: que o município venha se socorrer, através de empréstimos externos ou internos, para poder sobreviver. E daria a V. Ex<sup>a</sup> o exemplo típico do meu Estado, para não fazer abordagem, com muito respeito, do Estado de V. Ex<sup>a</sup>. O meu Estado, hoje, em relação à dívida externa, deve mais de 600 milhões de dólares, ele apenas hoje pede empréstimo para aplicar naquilo que os economistas chamam de *roll-over*. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem o que significa *roll-over*. Assim está hoje o Estado de Minas Gerais, já devendo externamente 600 milhões de dólares. O próximo governador de Minas Gerais, de 1983 a 1987, terá que pagar 60% dessa dívida e, eu não sei como ele vai fazer.

V. Ex<sup>a</sup> até devia, ao invés de virar o microfone para o meu lado, virar o microfone para a Bancada de V. Ex<sup>a</sup> e verificar o vazio das cadeiras.

O Sr. Octávio Cardoso — Eu não posso ser indelicado, se estou apartando V. Ex<sup>a</sup>, tenho que estar virado para V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu digo que sempre é com respeito que eu ouço V. Ex<sup>a</sup>. Mas V. Ex<sup>a</sup> poderia, num ângulo visual de 35 ou 45 graus, verificar as cadeiras vazias que aí estão. V. Ex<sup>a</sup> realmente tem esse acanhamento e está até meio de lado, constrangido para não ter que ver o vazio das cadeiras. Temos que perdoar isso a V. Ex<sup>a</sup>. Mas é sempre um prazer que recebemos o seu aparte.

Mas, Sr. Presidente, vou atender a V. Ex<sup>a</sup>. Eu fui desviado da rota do meu discurso através da imaginação fértil, abundante e inteligente do Senador Aderbal Jurema, quando imaginou o 2008. Um 2008, Excelência, que nós, possivelmente, não vamos enxergar.

O Sr. Gastão Müller — Antes de encerrar, V. Ex<sup>a</sup> concede um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não.

O Sr. Gastão Müller — Eu gostaria de intervir no discurso de V. Ex<sup>a</sup> para dizer que, do ano de 1982 para o ano 2008, é pouco tempo. São 26 anos. Então, essa geração que está com 10 ou 20 anos, vai viver perfeitamente o ano 2008. E quando o Senador Aderbal Jurema fez esse belíssimo conto, em 1921, para ele, naturalmente, muito jovem ainda, o ano 2008 era um ponto no infinito. E está aí, não é mais infinito, é finito. De modo que, com imaginação fértil, o Senador Aderbal Jurema fez uma preciosidade, defendendo teses atualíssimas, em 1921, como, por exemplo, o ensino profissionalizante, que é uma tese que defendemos há muito tempo, e sua ausência constitui o grande mal da educação do Brasil. Quanto à parte política discutida pelo eminente Senador pelo Rio Grande do Sul, que tenho o prazer de conhecer hoje, S. Ex<sup>a</sup> disse uma coisa muito séria: insinuou que devíamos estender essa pesquisa eleitoral, como foi feita à moda do Rio Grande do Sul, a todo o Brasil. Defendo a tese ao contrário, o perigo que está acontecendo no Brasil, desde 1964 para cá — e eu apóiei durante muito tempo, de 64 para cá, a Revolução — é a estatização da política. Esse problema de fazer ou não prévia não pode ser regulamentado em lei. Isso é problema de cada local. Pode-se fazer uma prévia até distrital ou municipal, mas é problema partidário e não estabelecido em lei. Para o Rio Grande do Sul, a prévia pode ter sido ótima, mas não cabe em Minas Gerais, não cabe no Acre, não cabe na Paraíba; não se poderia transformar isso em lei. É um problema de jogo de cadeira de cada Estado, de cada município ou de cada região. De modo que o perigo é querer-se, cada vez mais, estatizar a política brasileira. As regras deveriam ser gerais, curtas e certas. O resto é problema de manejo dos órgãos públicos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado pela intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

Eu complementaria dizendo que, oxalá tivéssemos regras estáveis, que fossem apenas modificadas...

O Sr. Gastão Müller — Esse é outro problema.

O SR. ITAMAR FRANCO — Esse é outro problema.

Mas, Sr. Presidente, vou encerrar, na esperança de que, em 2008, um outro jovem nordestino não venha imaginar ainda o Brasil democrático que queremos para 1982. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Não há *quorum* para deliberação.

Nestas condições, a Presidência deixa de submeter ao Plenário as matérias da pauta de hoje, uma vez que todas dependem de votação, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão.

*São os seguintes os itens que têm sua apreciação adiada:*

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Esgotada a Ordem do Dia, volta-se à lista de oradores:

Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, na qualidade de Líder.

*O SR. HUMBERTO LUCENA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O Sr. José Lins — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins, como Líder.

*O SR. JOSÉ LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

*O SR. ALMIR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra a nobre Senadora Laélia de Alcântara.

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Inicia-se, hoje, com término no próximo dia 31 do corrente, a Semana Nacional da Alimentação.

Certos problemas tocam especificamente às condições de saúde dos povos, como a falta de recursos existentes em largas camadas da população, a falta de educação sanitária ou de conhecimentos e hábitos de higiene pessoal e de saneamento ambiental, as doenças endêmicas, a carência de assistência médica, problemas de administração na área da saúde, etc.

todavia, avulta entre todos, pela sua fundamental importância, o problema da alimentação, com repercussões profundas no desenvolvimento normal do feto, nos primeiros anos de vida e ao longo de sua existência que ficará muitas vezes marcada indelevelmente pelo estigma da fome.

Quem lida com doentes das camadas mais carentes da população sabe perfeitamente que é frequentíssimo o diagnóstico segundo o qual a fome é a grande porta de uma seqüela infindável de males. Quantas vezes o médico faz a triste constatação de que o remédio sem o alimento tem seu efeito completamente anulado.

Em outubro do ano passado, estiveram reunidos, em Cancun, no México, na Conferência sobre Cooperação e Desenvolvimento, delegados de todos os países da América, para um diálogo Norte-Sul, e através dele debateram os problemas que afligem os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Naquela Reunião Internacional, cujas conclusões e recomendações não tiveram, infelizmente, entre nós, a necessária divulgação, sérias denúncias foram feitas contra o descaso de muitos governos no concernente ao crescente problema da fome e desnutrição.

"Amplas e persistentes manifestações de fome, salienta aquele Conclave de Cancun, estão inteiramente incompatíveis com o nível de desenvolvimento da economia mundial e, em particular, com a capacidade existente da produção de alimentos."

"Dentro do menor lapso possível de tempo, recomenda a citada Reunião, a fome precisa ser erradicada. Este objetivo é um dever imperioso dos governos e constitui a prioridade das prioridades em nível nacional e no campo da cooperação internacional."

Norman Ernest Borlang, prêmio Nobel da Paz, em 1970, pelas interessantes pesquisas que desenvolveu, destinadas a diminuir a fome no mundo, proferiu estas palavras: "Somos quatro bilhões de seres humanos sobre o planeta. Cada ano aparecem mais oitenta milhões de pessoas que precisam comer. Para sustentar sua população ao nível atual, a terra tem de aumentar sua produção de cereais em cerca de 30 milhões de toneladas por ano. As estatísticas da FAO revelam que 500 milhões de pessoas, ou seja, um oitavo da humanidade passa fome". E conclui aquele cientista: "Para quem tem consciência exata do problema, as perspectivas não são nada risonhas".

No Brasil, temos uma legislação sobre alimentos que, como afirmou o Dr. René Dubois, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, não corresponde à realidade nacional, bastando assinalar-se o absurdo de dois Ministérios, o da Agricultura e o da Saúde, estarem dividindo a responsabilidade pela fiscalização da produção de alimentos e de seu consumo.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A fome, a desnutrição, as doenças, a alta taxa de mortalidade andam sempre juntos com a elevada concentração da renda e da propriedade rural, como ocorre em nosso País. A agricultura brasileira ressenha-se, infelizmente, da ação de todos estes fatores.

As culturas destinadas predominantemente ao mercado externo se expandem, em grande parte, às custas das culturas voltadas para o abastecimento interno, que, como sabemos, se encontra, entre nós, relegado a um segundo plano.

O V Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição, cujos "Anais" foram editados pela Universidade Federal de Alagoas, em 1979, dá-nos conta de um quadro alarmante da situação nutricional, alimentar e sanitária do Brasil. Mostra aquele conclave que o baixo nível nutricional e sanitário do povo brasileiro constitui problema dos mais graves e que está a exigir correções no nosso modelo de crescimento econômico.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senadora?

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Com muito prazer, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senadora Laélia de Alcântara, no instante em que V. Ex<sup>a</sup> profere um discurso abalizado, já a esta altura focalizando o quadro de desnutrição em nosso País, eu me permitiria lembrar um recente documento que alcançou enorme repercussão e que foi trazido ao conhecimento desta Casa pelo nobre Senador Marcos Freire, quando exercia a Liderança de nossa Bancada. Trata-se do chamado "Relatório da Fome", preparado por técnicos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com indicações de dados precisos a respeito do déficit calórico, registrado no Polígono das Secas. O que é estranhável, nobre Senadora, é que os governadores da região aos quais foi apresentado documento para que eles o subscrevessem e, posteriormente, fosse o mesmo encaminhado ao Senhor Presidente da República, eles estarecidos, diante dos dados alinhados, se recusaram a firmar a proposição. Mas o documento veio a lume e corrobora exatamente esse quadro de dificuldades, de desnutrição, registrado também em nosso País.

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Agradeço ao nobre Senador Mauro Benevides pelo seu aparte que traz subsídios valiosos a este meu pronunciamento.

Correções consistentes sobretudo na necessidade que tem o governo de ampliar a atenção e o interesse de sua política para os problemas sociais, representado pelo quadro macabro de gigantescos bolsões de pobreza, em todos os quadrantes de nossa terra, e que constitui, verdadeiros "ghetos" regionais e urbanos de pobreza relativa e absoluta.

Só na Região Norte, o consumo de calorias é de apenas 2.310 calorias e a quantidade de proteínas ingeridas diariamente por pessoa é de somente 86,9 gramas.

Na Região Nordeste, o déficit predominante na alimentação é o calórico, sendo que o déficit protéico é mais qualitativo, evidenciado pela desnutrição de 1º grau em mais 40% da população de zero a seis anos de idade.

A desnutrição de primeiro grau atinge no Brasil a alta cifra de 37,7% das crianças com menos de 5 anos de idade. Isto é, deveras, alarmante!

Já a desnutrição de 2º grau chega a reduzir 25% do peso que deveriam ter 21% dessa população infantil, enquanto a desnutrição de 3º grau abate 40% do peso de 10,7% dessas crianças.

Essas estatísticas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, são de um País que possui 32 milhões e 400 mil crianças com menos de 10 anos de idade. É uma população extremamente vulnerável a inúmeras doenças sobretudo às que afetam a autodefesa do organismo infantil, já que elas precisam consumir aproximadamente 3.200 calorias e de 104 a 120 gramas de proteínas. Esta é a grande razão por que 13 milhões de crianças brasileiras, com menos de 5 anos, estão sofrendo algum grau de fome ou de desnutrição e somente 28% não enfrentam este grave problema.

Não faz muito tempo, o próprio Ministro Waldir Arcoverde, em declarações prestadas à imprensa, afirmou que 40 milhões de brasileiros, vale dizer, aproximadamente um terço da população, estão atualmente, privados de assistência à saúde de forma regular.

Confirma-se, melancolicamente, o relatório do Movimento em Defesa do Menor de São Paulo: "Há menos de 20 anos para o final do século, o País não tem dinheiro para desenvolver programas mínimos na área social e caminha para um autêntico beco sem saída."

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ninguém pode ficar insensível diante do quadro de quase 10 milhões de crianças que passam fome no Nordeste, com uma população de pouco mais de 35 milhões de habitantes.

Ninguém pode ficar insensível diante da existência de quase três milhões de menores vivendo em carência absoluta nas centenas de favelas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Ninguém pode ficar insensível diante de quase 300 crianças que morrem em cada grupo de mil nascidas nos seringais do Acre e no interior da Amazônia.

Esses índices são extremamente chocantes.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O problema da fome e da desnutrição é um problema eminentemente político. Corrobora esta nossa assertiva a opinião insuspeita do Dr. Eduardo Hertesz, assessor especial do Ministro Waldir Arcoverde, que, ao culpar o sistema brasileiro pela fome e desnutrição, perante a CPI da Câmara dos Deputados, asseverou: "Abordar a desnutrição por seus efeitos clínicos é tratar o problema com total superficialidade. Os efeitos da fome podem ser confundidos com problemas médicos, mas a questão no Brasil é muito mais, ou talvez somente ligada à enfermidade do nosso sistema econômico."

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O mercado de alimentos, o mais atravessado da economia brasileira, no dizer de Joelmir Beting, agride diretamente o orçamento doméstico de 47 milhões de brasileiros, tirando mais de quem menos tem: menor a renda familiar, maior a fatia do item alimentação no míngua orçamento da casa: 29% na classe média, 43% na classe operária, e 65% na classe sem classe.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Que na Semana Nacional da Alimentação, lembre-se o governo que o responsável, em grande parte, pelo desfile macabro de tantos desnutridos e subnutridos de nosso País é a política salarial inserida numa economia que, relegando a segundo plano o social, faz o homem para o econômico e não o econômico para o homem.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Ceará, como núcleo cultural dos mais atuantes na vida brasileira, tem dado ao País, ao longo de sua História, personalidades das mais eminentes, cujos nomes refulgem, com brilho solar, no universo das superiores manifestações do pensamento nacional.

Não estou, evidentemente, a proclamar nenhuma novidade, mas a registrar, com o orgulho de filho daquela terra, a nossa participação no processo de desenvolvimento intelectual do Brasil, através do trabalho de um Clóvis Beviláqua, de um Farias Brito, de um Capistrano de Abreu, de um Araripe Júnior, de um Alberto Nepomuceno, de um José de Alencar, de um Juvenal Galeno, de um Domingos Olímpio e de tantos outros vultos exponenciais nas ciências, nas letras e nas artes.

A essa relação pertence, igualmente, por seu merecimento literário, o nome do Poeta José Albano, cuja atuação se processa cronologicamente entre o simbolismo e o modernismo, como um dos representantes de maior expressão daquilo que se convencionou chamar de neoclassicismo.

Esse notável escritor nasceu em Fortaleza, no dia 12 de abril de 1882, há cem anos, portanto, vindo a falecer em Montauban, na França, a 11 de julho de 1923.

Para todos os críticos, historiadores e estudiosos da Literatura brasileira, foi um grande poeta, um dos maiores que tivemos, em todos os tempos. Autor de Rimas, Comédia Angélica, Triunfo, Dez Sonetos Escolhidos e outras peças literárias de irrecusável valor, algumas das quais escritas em inglês, com tradução portuguesa em prosa, conseguiu posição do maior relevo nos quadros da poesia do Brasil, como um dos mais argutos intérpretes do espírito humano, em sua mais ampla dimensão.

Manuel Bandeira assim o considera, da mesma forma que Aníbal Falção, Braga Montenegro, Dolor Barreira, Massaud Moisés, José Paulo Paes, João Clímaco Bezerra, Mozart Soriano Aderaldo, Sanzio de Azevedo, Agripino Grieco e outros analistas do fenômeno literário, que se debruçaram sobre as páginas escritas pelo ilustre neto do Barão de Aratanha.

Realizando os seus primeiros estudos na Cidade de Fortaleza, José Albano segue, aos dez anos, para a Europa, onde completaria a sua educação em colégios ingleses, austríacos e franceses, vindo-lhe daí, talvez, o gosto pelas leituras clássicas.

Temperamento estranho e singular, nunca fez parte de clubes ou corrilhos, sendo sempre um solitário, a cultivar o seu profundo sentimento poético, com visível preferência pela obra de Camões, cuja linguagem procura reproduzir, sobretudo nos sonetos, forma fixa das mais difíceis e da qual se tornaria um mestre.

*O Sr. Almir Pinto — Permite V. Exª um aparte?*

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Com imenso prazer, eminente Senador Almir Pinto.

*O Sr. Almir Pinto — V. Exª focaliza nesta tarde o nome de um grande poeta cearense, que faz parte daquela linhagem da elite cultural e da poesia nordestina, principalmente do Brasil. Salienta V. Exª quem foi José Albano. Cedo chegou ao Parnaso. Foi aperfeiçoar os seus estudos na França e, de lá, trouxe o melhor de tudo para a cultura nacional. Quero, neste registro que V. Exª faz, solidarizar-me com V. Exª, e dizer que o Ceará guarda, com muito respeito e carinho, a memória do Poeta José Albano.*

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Muito grato a V. Exª, eminente Senador Almir Pinto, que traz a solidariedade da sua Bancada a esta homenagem que prestamos, neste instante, ao grande José Albano, praticamente iniciando aqui no Senado Federal, a programação festiva que será cumprida em nosso Estado, para realçar uma das maiores figuras da literatura nacional.

*A Sra. Laélia de Alcântara — V. Exª me permite?*

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Com muito prazer nobre Senadora Laélia de Alcântara.

*A Sra. Laélia de Alcântara — Quero congratular-me com o nobre Senador, pelas verdadeiras lições de literatura que seus pronunciamentos trazem sempre ao elogiar os poetas e escritores da sua terra natal que, na verdade, tem fornecido um verdadeiro elenco de figuras formidáveis ao nosso Brasil. Parabéns, nobre Senador.*

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Muito grato a V. Exª, nobre Senadora Laélia de Alcântara, que dá, realmente, uma dimensão maior a essa manifestação de reconhecimento, de enaltecimento que desejo fazer, neste instante, ao grande cearense, eminente poeta, José Albano, cujo centenário transcorrerá no início de abril, entre significativas manifestações de regozijo de toda a comunidade literária de nosso País.

*O Sr. José Lins — V. Exª me permite?*

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Com prazer, nobre Senador.

*O Sr. José Lins — Quero solidarizar-me com V. Exª nessa referência que faz às festividades com que o Ceará comemora o Centenário de José Albano e desejo, neste momento, realçar a figura extraordinária daquele que honrou a nossa terra pela sua liberalidade sem perda das suas grandes qualidades de homem com as vistas sempre voltadas para os interesses de sua terra. Pela cultura, pelo brilhantismo, pela beleza das idéias sociais, certamente, José Albano merece o preito da nossa homenagem.*

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Expresso também, a V. Exª, eminente Senador José Lins, os meus agradecimentos por essa sua adesão espontânea e prestigiosa à homenagem que, já agora, a Bancada do Ceará, pela unanimidade de seus integrantes, tributa ao inolvidável poeta José Albano.

Ao retornar ao Brasil, ingressa na carreira diplomática e vai percorrer muitos caminhos do mundo, na Europa e na Ásia. Em Barcelona, no ano de 1912, publica, nas Oficinas de Fidel Giró, as suas apreciadas rimas, nas quais

é manifesta a influência camoniana, de que jamais se libertaria, antes procurando torná-la cada vez mais forte.

Já então se manifestavam nele os primeiros sinais de desajuste psíquico, enfermidade que o acompanharia até à morte, em diferentes fases cíclicas.

Os quatro anos da primeira grande guerra passa-os no Brasil, mas regressa a Paris, logo após o encerramento do conflito, vindo a falecer em 1923, após uma vida de experiência, a um só tempo poética e dramática, que procuraria traduzir em muitos versos, falando-nos do que sofrera no "áspero destino".

A muitos parecerá incomum que haja sido um quinhentista nos albores do século XX, inteiramente alheio às novidades literárias que presenciara na Europa e viria a reencontrar no Brasil. Isso, aliás, não tem grande importância na mensuração de sua obra lírica e alegórica. O que importa é o valor intrínseco de suas criações — e esse é indiscutível, sob qualquer ângulo de visualização crítica.

Não se trata de um poeta conhecido do grande público, pela natureza mesma de sua arte, de acentos arcaizantes. Mas é um nome consagrado por leitores mais ilustres, como é o caso dos críticos e professores universitários, que sempre estão a descobrir novos aspectos em sua obra.

Na primeira quinzena do próximo mês, cem anos se completam de seu nascimento. E, por seus elevados méritos literários, justo é que se prestem à sua memória as homenagens de maior respeito e de veneração, como um dos maiores poetas do Brasil, em todos os tempos.

Estou certo, Senhor Presidente, de que iniciando a programação centenária de José Albano, falo neste momento, já com o apoio dos eminentes Senadores Almir Pinto e José Lins, do Ceará, e da Senadora Laélia de Alcântara, em nome de todo o povo cearense que tem, no autor da "Comédia Angélica", um eterno motivo de glória, daquela glória mais autêntica e mais inconsumível porque conquistada nos prêmios do espírito.

Rogo a V. Exª Sr. Presidente Cunha Lima, dar ciência deste pronunciamento ao Conselho Federal de Cultura, à Academia Brasileira de Letras, à Academia Cearense de Letras e ao Conselho Estadual de Cultura do Ceará, como testemunho do alto apreço do Senado Federal àquele que é, legitimamente, um dos maiores filhos da Terra da Luz. (*Muito bem! Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Cunha Lima) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Economia*; e
- de *Finanças*.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

### 2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

**PARECERES**, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Saúde*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

### 3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

**PARECERES**, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e  
— de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;  
— de *Legislação Social*, favorável; e  
— de *Finanças*, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*;  
— de *Legislação Social*;  
— de *Serviço Público Civil*; e  
— de *Finanças*.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;  
— de *Legislação Social*, favorável;  
— de *Serviço Público Civil*, contrário; e  
— de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 hora e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. PAULO BROSSARD NA SESSÃO DE 23-3-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PAULO BROSSARD (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Vai para 7 anos, na sessão legislativa de 1975, em 4 ocasiões, ocupei-me da importação de carne do Uruguai, mostrando que ela contrariava interesses do nosso País e, particularmente, do Rio Grande do Sul. Fui, então, contestado; foi dito que a importação era conveniente, uma vez que, efetuada em regime de *drawback*, ela servia para, industrializada, ser reexportada.

A evidência dos fatos assegurava a procedência das minhas ponderações. Nem era medida passageira, como se assoalhava.

Desde então, não cessou de ser feita. E, como a situação da atividade pastoril tem-se agravado, afinal acordaram os produtores rio-grandenses e passaram a protestar, também eles, contra a importação de um produto que, entre nós, está em crise.

Na memorável assembléia de fevereiro de 1981, de que já dei notícia a esta Casa na passada sessão legislativa, na memorável assembléia de fevereiro de 1981, ocorrida em Porto Alegre, enfrentaram a questão por mim solitaria-

mente levantada em 1975, para, logo às primeiras linhas do documento então divulgado, advogar:

(Leio)

“A proibição imediata da importação de carnes, mesmo em regime de *drawback*, e de ovinos e bovinos destinados ao abate...”

Note-se que não eram apenas os criadores do Rio Grande do Sul que assim se manifestavam, mas também, os do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Também eles pleiteavam a imediata paralisação da importação de carnes, fosse através de gado vivo, de subprodutos bovinos, ou ainda de carne pelo regime *drawback*.

Siryo-me da *Gazeta Mercantil*, de 18 de fevereiro do ano de 1981, que estampa esta notícia, com pormenores.

A despeito das manifestações dos interessados, em abril do ano passado, noticiava a imprensa e leio, nesta passagem, o *Correio do Povo*, de 23 de abril:

“A carne do Uruguai continua entrando normalmente pela BR-290.”

Em junho, era um diretor da FARSUL, quer dizer da Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, que lamentava nova autorização para importação de carne do Uruguai.

Tenho em mãos o *Jornal do Comércio*, de 22 de junho daquele ano.

Em dezembro, Sr. Presidente, era o próprio Secretário da Agricultura que se dirigia ao Ministro, lembrando que nas exposições-feiras caíra vertiginosamente a comercialização, comprometendo — palavras do Secretário — comprometendo assustadoramente os investimentos realizados. E acrescentava:

“Os campos estão com excesso de animais, sem perspectivas de comercialização. A carne de boi vivo, que antes estava com o preço de vendas de oitenta cruzeiros, hoje está em torno de sessenta e cinco cruzeiros o quilo.”

Servindo-se de dados fornecidos pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, o Secretário da Agricultura observava que, até o mês anterior — novembro, por conseguinte — 64 mil toneladas de carne bovina haviam sido importadas do Uruguai, ou seja, o equivalente a 300 mil cabeças. E terminava, assim, o seu despacho ao Ministro da Agricultura:

“Tendo presente a afirmação de V. Exª, perante os pecuaristas deste Estado, no início do ano em curso, quando do movimento da classe, de que iria tomar medidas visando à suspensão de novas importações de bovinos e tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelo setor, agravadas em consequência desta medida, encareço providências urgentes desse Ministério, visando à proteção dos produtores e da economia deste Estado.”

Esta linguagem, Sr. Presidente, não é de um oposicionista, nem é de um dirigente sindical. Eu reproduzi passagem de um despacho do Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul ao Ministro da Agricultura.

Logo depois, sete sindicatos rurais participavam, na cidade de Vacaria, do I Encontro dos Campos de Cima da Serra e publicavam a Carta de Vacaria. Nesse documento, a importação de carne do Uruguai é duramente criticada.

Tenho em mãos a Carta, na íntegra, estampada pelo *Jornal do Comércio* de 15 de dezembro de 1981. Dela vou ler apenas esta passagem:

“Ainda tem a classe um fio de esperança de que seja ouvida, sob pena de amanhã estar assistindo às manifestações daqueles mais extremados que ontem colocaram suas máquinas agrícolas nas ruas e no bloqueio de estradas, e hoje ameaçam tombar os caminhões de carne no Uruguai.”

Estas palavras não são minhas, são extraídas da Carta de Vacaria, documento divulgado por criadores da região chamada de Cima da Serra, dos Campos de Cima da Serra.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exª me permite uma observação?

O SR. PAULO BROSSARD — Estou fazendo uma exposição ainda. Se V. Exª entendê-lo oportuno, tem o aparte.

O Sr. Benedito Ferreira — Oportuno, sim, porque é louvável que V. Exª se ocupe de um assunto de tal relevância, como o faz, sobretudo com a serenidade que lhe é peculiar e que permite aos homens do Governo, do Executivo, do Legislativo, que entendam bem que V. Exª não está aí como um partidário, mas como um homem, realmente, preocupado com um dos segmentos mais importantes da economia do Estado de V. Exª, como, de resto e, de modo particular, do meu Estado que já detém, hoje, o segundo maior reba-

nho do Brasil. Mas, a única colaboração que queria trazer, de imediato, ao discurso de V. Ex<sup>a</sup> é que já há uma providência, que não é a melhor, não é a ideal, que não é a boa, mas já é uma providência. Nesse voto, o último da reunião do Conselho Monetário, foi elaborado e aprovado um voto que busca uma meia solução, eu diria assim, para o problema da pecuária de corte. E há um fato novo, há realmente uma inovação. É que há o apoio direto ao criador, ao invetista, não só com a retenção de matrizes, que nunca houve no Brasil. Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que sempre houve retenção de crias, mas demorou-se tanto, delongou-se tanto em preocupar-se com as matrizes que, agora, para atalhar esse abate indiscriminado de matrizes que vem ocorrendo no Brasil — e daí o aviltamento do preço do boi — criou-se um círculo vicioso; mata-se vaca porque o boi pouco vale e o boi pouco vale porque tem muita vaca abatida. Mas o certo é que, no Conselho Monetário, além de se criar uma linha de recursos para a retenção de matrizes — repito — fato novo na história dos financiamentos na agropecuária, também está-se dando financiamento para o fazendeiro reter o boi e para vendê-lo em época mais oportuna, mais aprazada. Esse boi será financiado pelo Banco do Brasil a 73 cruzeiros por quilo de peso vivo. Vê V. Ex<sup>a</sup>, como eu disse, que não é uma boa solução porque não corresponde, nem de longe, aos custos reais de produção do boi atualmente, mas, de qualquer forma, os clamores desses classistas e de representantes do povo, como V. Ex<sup>a</sup>, realmente estão sendo ouvidos. Não, talvez, naquela entonação que careciam e reclamavam, mas de qualquer forma já se ouve, no horizonte, algum ruído favorável à solução buscada por V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

O SR. PAULO BROSSARD — O ilustre Sr. Benedito Ferreira foi um pouco impaciente. Se S. Ex<sup>a</sup> tivesse tido a paciência de ouvir-me por mais algum tempo, poderia ter dado o seu aparte com mais propriedade porque, mais adiante, eu vou me ocupar, exatamente, do problema por S. Ex<sup>a</sup> aflorado.

Deste modo, peço licença para retomar o curso da minha oração. Eu falava na manifestação dos criadores dos Campos de Cima da Serra, reunidos em Vacaria, em dezembro de 1981, quando faziam a advertência que noticiei à Casa.

Quase ao mesmo tempo, ainda no mês de dezembro de 1981, 300 criadores de Bagé, Pinheiro Machado, Dom Pedrito, São Gabriel e Lavras, quer dizer, de uma outra região do Estado, exatamente da região da fronteira, relativamente distante da região da serra e do planalto rio-grandense, reuniram-se em Bagé, com o Secretário da Agricultura, para pleitear, mais uma vez, o fim das importações de carne do Uruguai, mesmo em regime de *draw back*. Nesse encontro, o Presidente da Associação Rural de Bagé afirmava que, da carne importada, somente o dianteiro era enlatado para exportação; o traseiro, dizia aquele dirigente sindical, é lançado no mercado interno sob forma de carne congelada, ocupando o espaço do produto nacional.

Assim, terminava o ano de 1981. O *Correio do Povo*, de 1º de janeiro de 1982, divulgava entrevista, declarações, de quem, Sr. Presidente? De um dirigente do PMDB? De um dirigente sindical? Não! Divulgava declarações de um diretor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, do Sr. Júlio Brunelli. Nesta entrevista, dizia o Sr. Júlio Brunelli, textualmente:

“Os sintomas de agora são os mesmos que precederam a crise de 1929. “Desde a crise de 1929”, acrescentou, “não tenho lembrança de que a pecuária tenha enfrentado situação tão difícil como a atual. Os problemas se agravam e a situação está se deteriorando.”

Estas palavras, estes conceitos, volto a dizer ao Senado, não são de um oposicionista exaltado, são do Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, não é preciso dizer, é figura de relevo no situacionismo rio-grandense.

Nos primeiros dias de janeiro, os jornais informavam que o Governo adotara novas regras para a importação de carne. O Ministério da Agricultura divulgava nota segundo a qual faria conciliar as vantagens da realização do *draw back* com a necessária proteção da pecuária nacional, e tomaria providências no sentido de que — leio a nota ministerial — “... as futuras importações em regime de *draw back* sejam rigorosamente controladas nas indústrias, pelo seu pessoal técnico, a fim de evitar dúvidas quanto a possíveis vendas desses produtos no mercado interno”.

Tenho em mãos exemplares do *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre de 6 e de 11 de janeiro, e do *Correio do Povo*, de 14 do mesmo mês, com notícias relativas ao assunto.

Observe, Sr. Presidente, que essa notícia do Ministério da Agricultura, de janeiro, era a mesma que, já em 1975, era difundida e que, de 1975 até 1982, periodicamente vem sendo repetida.

Ocorre que um jornal de Montevideu, *La Mañana*, edição de 10 de janeiro, publicava extensa notícia, na qual revelava circunstanciadamente o seguinte; que leio no jornal que estou exibindo ao Plenário:

“Brasil autorizó la compra de 15 mil tons de carne uruguaya”

*La Mañana*, Montevideu, domingo, 10-1-82.

“Pese a la resistencia que vienen planteando los productores brasileños, el CACEX, máximo organismo que controla las exportaciones e importaciones del país norteno, autorizó la compra de hasta 15 mil toneladas de carne procedente de Uruguay.”

Publicado nos jornais de Montevideu. Fixem os Senadores a data: 10 de janeiro.

Esta notícia, de *La Mañana*, foi reproduzida, na íntegra, pelo *Jornal do Comércio*, em sua edição de 19 de janeiro. Tenho em mãos a pág. do *Jornal do Comércio*, que exibe ao Senado. É a reprodução da notícia, apenas traduzida para o português.

O *Correio do Povo Rural*, de 22 do mesmo mês de janeiro, não transcreve a notícia de *La Mañana*, mas a resume e comenta. Sob o título “Importações”, o *Correio do Povo Rural*, de 22 de janeiro, diz o seguinte:

#### Importações

Quase ao mesmo tempo que o ministro Amaury Stábile anunciava que somente seriam autorizadas importações de carne do Uruguai pela CACEX, depois de ouvido o Ministério da Agricultura, é que estas carnes entrariam no País em regime de “*drawback*” só no período de entressafra, os jornais uruguaios faziam manchete de uma recente autorização da CACEX de importar 15 mil toneladas do vizinho país. O jornal *La Mañana* em sua edição do dia 10 colocou em manchete “Brasil autorizó la compra de 15 mil tons de carne uruguaya” e faz comentários sobre a decisão e a posição dos produtores rio-grandenses em todas as últimas reuniões e que realizaram, em que se mostraram contrários à continuidade desta política.”

Transcreve o jornal de Porto Alegre aquele subtítulo a que há pouco li, de *La Mañana*. E adiante:

A nota diz que a possibilidade de suspensão, parte das pressões que os produtores estão fazendo para que cessem as compras no Exterior, pois no ano passado foram adquiridas 60 mil toneladas de carne do Uruguai, quase a mesma quantidade de excedentes existentes de carne do Rio Grande do Sul. Mostra ainda a posição dos produtores que tiveram seus insumos aumentados em mais de 100%, enquanto que o preço do boi foi reajustado em 40%.”

“A mesma nota mostra a posição adotada pelo ministro Stábile e, segundo se depreende os próprios uruguaios aguardam uma modificação na política adotada o ano passado, possivelmente o maior rigorismo no controle das compras de carne.

De qualquer forma, como até agora, oficialmente, não há uma manifestação clara da CACEX, e como esta já conhecia há muitos meses a posição dos produtores gaúchos, a liberação destas 15 mil toneladas, destoa com o anúncio do Ministério da Agricultura.”

Não preciso dizer ao Senado que a divulgação dessa notícia causou profunda irritação entre os produtores rio-grandenses; que mostrando desejo de falar ao Presidente da República, tornaram público que não queriam falar com os Ministros do Planejamento e da Agricultura; que não queriam falar com eles, tal o descrédito em que essas autoridades caíram no seio da comunidade de produtores, de criadores no Rio Grande do Sul.

Ainda em janeiro, o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, divulgava uma entrevista do consultor da nova diretoria da FARSUL, Sr. Severo Corrêa de Barros Neto, na qual a importação de carne é uma das questões examinadas. E nessa entrevista ele diz que “a situação é muito pior do que se imaginava.”

Tenho em mãos, Sr. Presidente, a entrevista do Sr. Severo Corrêa de Barros. Sabem os rio-grandenses que se trata de uma pessoa altamente capacitada em assuntos de carne; e não é por acaso que é o atual consultor, ou um dos consultores da nova diretoria da FARSUL.

Ele estampa, Sr. Presidente, um quadro, pelo qual se verifica isto: que a produção das cooperativas do Rio Grande do Sul, do ano de 1981 até outubro, tinha sido de 67 mil toneladas — desprezo os quebrados — 67 mil, 360 toneladas; enquanto que a importação de carne do Uruguai tinha chegado a 66 mil toneladas; o que quer dizer que a importação de carne do Uruguai foi praticamente igual à produção de 14 cooperativas do Rio Grande do Sul, donde se vê que não é uma importação ocasional, emergencial, circunstancial, mas se converteu em uma importação equivalente à carne produzida no Rio Grande do Sul, por 14 cooperativas, lá estabelecidas.

E mais, Sr. Presidente, nesta entrevista analisa vários problemas, mas faz algumas observações como esta, e os números são os seguintes:

"... Em 1981, 14 cooperativas do Estado produziram 305 mil quilos, enquanto a carne importada foi de 315 mil. Ao mesmo tempo, os 4 frigoríficos estabelecidos no Rio Grande do Sul, e que são os únicos a ser beneficiários com *drawback*, abateram somente 114 mil reses até 30 de setembro do ano passado, e industrializaram e exportaram um total de 23 mil toneladas."

Sob o título "Pecuária Esquecida", o *Correio do Povo*, de 11 de fevereiro deste ano, publicava editorial do qual vou dar notícia ao Senado das seguintes passagens:

Em verdade, o pecuarista jamais sabe se vai poder investir em pastagens, em melhoramentos do rebanho, em cercas, instalações e eletrificação de sua fazenda, por causa das viravoltas do catavento ministerial. De repente, muda a política governamental de preços ou de créditos, de importações e de subsídios, e os rendimentos, que se previam remuneradores, deixam de sê-lo.

O último ano, de 1981, viu claramente um desses ciclos de desalento, que seguramente não favorecem a expansão nem o progresso técnico do criatório gaúcho.

Enquanto isso acontece, pode-se ler em "Carta de Uruguay", publicação oficial do governo uruguaio, datada de 3 de fevereiro corrente, uma nota muito sugestiva: "Brasil es nuestro principal comprador de cortes cárnicos". Sob esse título, elucida o folheto que o Brasil é o principal comprador de carnes uruguaias, tendo absorvido, no último ano, o percentual de 44,8% das vendas feitas ao Exterior. O total das exportações de carnes uruguaias, segundo a mesma fonte oficial, subiu a 139.402 toneladas, gerando um ingresso de divisas de 213.594.000 dólares. Aplicado aquele percentual em relação às cifras globais, pode-se facilmente concluir que o Brasil importou mais de 61 mil toneladas de carne uruguaia, despendendo com isso aproximadamente 94 milhões de dólares.

As operações de "drawback", que foram, segundo se informou, o figurino seguido em nossas transações com a carne uruguaia, terão certamente favorecido exportadores brasileiros, que no país vizinho colocaram seus produtos. Entretanto, para o Rio Grande do Sul, e especialmente a sua pecuária, tais importações foram altamente desestimulantes, dado que contiveram a justa expansão dos preços da carne no mercado interno, mantendo-os num patamar injusto, porque incompatível com os altos custos da produção.

"Carta de Uruguay" completa seu sulto com a informação de que, desde 1974, excetuado apenas o ano de 1976, o Brasil se converteu no principal comprador de carne uruguaia, seguido agora pelo Egito e a Comunidade Econômica Européia. Enquanto isso, caiu no esquecimento a pecuária rio-grandense...

Há instantes, eu chamava a atenção da Casa para a notícia do jornal *La Mañana*, de 10 de janeiro. Agora, para Carta de Uruguay, publicação oficial do governo uruguaio, de 3 de fevereiro. Veja a Casa como ambas as notícias se casam perfeitamente. E, ao mesmo tempo, como ambas as notícias contestam e infirmam as sucessivas, reiteradas, crônicas declarações de autoridades brasileiras de sentido contrário.

Não sei se seria oportuno lembrar, Sr. Presidente, que há mais tempo foi dito nesta Casa, por porta-voz do Governo, que a importação de carne do Uruguai era justificada por motivos de natureza política e não de natureza econômica. Não preciso tirar ilações disso aí.

O certo é que continua o ingresso de carne uruguaia. O fato é visível, porque esta carne vem por terra em caminhões frigoríficos que cruzam as estradas do Rio Grande do Sul, de modo que é um fato visível a olho nu.

Dos jornais de Brasília — até aqui eu me servi de jornais do Rio Grande do Sul — o *Jornal de Brasília* de sábado, 20 de março, noticia que o Ministro da Agricultura de Washington, por telex, solicitou à CACEX suspendesse a emissão de passagens de importação de carne bovina uruguaia pelo sistema *drawback*. Segundo a mesma notícia, o Secretário Nacional de Abastecimento alegou ainda existirem 300 toneladas a serem importadas, conforme guias emitidas em 1981. Mais uma vez a autoridade brasileira vai dizer, e diz, que a importação é coisa de somenos, é coisa menos expressiva, é coisa que está circunstancialmente sendo feita, quando essa notícia é desmentida por dois documentos, um da imprensa uruguaia e outro do governo uruguaio: pela edição de *La Mañana* de 10 de fevereiro e por *carta do Uruguai* de 3 de fevereiro.

Ao ler essa explicação, Sr. Presidente, tem-se a impressão de que a importação seria um resíduo de negócios feitos no ano passado. Mas nós já vi-

mos que, no ano passado, a importação do Uruguai foi da ordem de sessenta e seis mil toneladas, e a produção de quatorze cooperativas do Rio Grande do Sul, foi de sessenta e sete mil toneladas, o que quer dizer que a importação equivale à produção do Rio Grande do Sul.

O Sr. José Fragelli — V. Ex<sup>a</sup> me permite?

O SR. PAULO BROSSARD — Pois não.

O Sr. José Fragelli — No ano passado, se não me engano no mês de outubro, fez-se uma reunião da pecuária de corte de São Paulo, com representantes de praticamente todos os Estados do Brasil, inclusive do Rio Grande do Sul. Recordo-me da preocupação, nobre Senador, dos pecuaristas ali reunidos, alegando que nós iríamos ter uma crise no início deste ano; na venda de boi, porque calculava-se, à época que iriam passar cerca de trinta mil toneladas de carne de 81 para 82, sem possibilidade de colocação, quer seja no mercado nacional ou fora do País. Agora V. Ex<sup>a</sup> nos mostra que só do Uruguai estamos importando sessenta mil e tantas toneladas de carne, quando todos os pecuaristas do Brasil estavam profundamente preocupados com a passagem de um estoque de trinta mil toneladas de 81 para 82. É apenas um adendo ao que V. Ex<sup>a</sup> está, como sempre, brilhantemente, expondo ao Senado.

O SR. PAULO BROSSARD — Mas, nobre Senador Fragelli, dizia-me há pouco, um deputado por São Paulo, que no comércio de São Paulo é comum, é cotidiano encontrarem-se carnes uruguaias com o invólucro original em língua espanhola, com os carimbos próprios da carne vinda do Uruguai para cá. Isto me disse um deputado da maior respeitabilidade e cujo depoimento, para mim, é absolutamente idôneo, e depoimento que coincide com aquele prestado pelo Presidente do Sindicato Rural de Bagé, na reunião realizada naquela cidade em dezembro do ano passado.

A verdade nua e crua é que continua a importação de carne do Uruguai. A importação dá lucros largos e fáceis a determinados grupos, grupos poderosos, e sempre existe um pretexto para justificar um bom lucro. É notório que carne uruguaia é vendida *in natura* no mercado interno e sua industrialização e eventual exportação é apenas parcial. A importação de carne do Uruguai continua a ser feita em detrimento do produtor nacional, que atravessa uma das suas situações mais difíceis, segundo pessoas da mais absoluta insuspeição, como o Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a que há pouco me referi, e de cujas declarações extraí uma passagem.

Em 1975, negava-se a existência da importação e se fazia a importação. Primeiro ela foi negada; depois chegou a ser confessada, dizendo-se inclusive que a sua inspiração era política e não econômica.

Agora, em 1982, repete-se a cena. Jornais uruguaios noticiam as importações e autoridades brasileiras escamoteiam os fatos, alegando de que se tratam de saldos do ano passado. E é por isto que a gente do Rio Grande do Sul cada vez mais acredita menos no que diz o Governo.

Agora, um outro aspecto do problema: em janeiro deste ano, o Ministério da Agricultura — não é opinião minha —, em nota oficial, reconhecia o aumento do abate de matrizes que chegaria a 4 milhões e 800 mil neste ano, ou seja, 40% dos 12 milhões de cabeças a serem abatidas no ano em curso.

Mais ou menos pelos mesmos dias, com diferença de dias, o Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, Dr. Flores Amaral aludia ao mesmo fato, referia o mesmo fenômeno e dizia:

"... temer que o abate de matrizes comece a ser praticado em seguida, no Estado, se não houver uma melhoria nos preços de boi vivo. Os produtores serão levados a se desfazer desses animais — acentua —" para poderem atender a seus compromissos financeiros."

Palavras do Dr. Flores Amaral.

O Sr. José Fragelli — V. Ex<sup>a</sup> me permite? (Assentimento do orador.) Apenas um depoimento; gosto de citar fatos. Vou citar o meu caso. Há poucos dias, indo ao meu Estado, estive com meu filho que administra a minha fazenda e ele me mostrou o nosso, que é o caso de todos os fazendeiros. Tudo que se vende de boi gordo nas fazendas é para atender tão-somente às despesas da fazenda. Eu lhe perguntei: E você, como é que vive? E ele me disse: Do descarte de vacas e de novilhas, meu pai.

O SR. PAULO BROSSARD — Está destruindo a matriz, está destruindo a fonte.

O Sr. José Fragelli — É. No meu é descarte, quer dizer, aquilo que sobra; mas eu sei que boa parte, sobretudo dos pequenos e médios fazendeiros, esses não descartam vacas e novilhas, vendem o que não deveriam vender. Isso é

verdade e está acontecendo em Mato Grosso. Eu soube que está chegando a mais ou menos 60% a matança de gado fêmea, no Estado.

O SR. PAULO BROSSARD — Agradeço o aparte do nobre Senador por Mato Grosso, que dá, inclusive, depoimento da sua experiência pessoal. E agradeço, de modo muito especial, porque toca num assunto que já tratei, uma vez, nesta Casa. Disse eu exatamente que essa política levaria o criador a esta situação que, agora, é reconhecida pelo Ministério da Agricultura. Disse eu, naquela ocasião — lembro-me muito bem — que depois que os rebanhos tivessem sido dizimados viria, então, o Governo, com favores creditícios, com programas, no sentido de recuperar aquilo que tinha sido destruído. Lembro-me de ter dito isto aqui, desta tribuna, nesta sala. Pois agora é o Ministério da Agricultura quem o diz. E o que vou dizer, agora, não são palavras minhas, são palavras do Ministério, contidas em nota do Ministério:

“À semelhança do que aconteceu em ciclos anteriores, particularmente na fase crescente de produção dos anos 1976 e 1977, o processo de intensificação do abate de matrizes está em marcha, em decorrência da desvalorização que se observa da categoria de animais jovens e da necessidade de descartes técnicos dos excedentes acumulados na recente fase de reconstrução do rebanho interrompido em 1981.”

Está na Nota do Ministério da Agricultura, que continua:

“O Ministério da Agricultura atribui ao estímulo creditício para retenção de matrizes no rebanho um importante instrumento para evitar o abate excessivo de vacas nesta fase. Este é um mecanismo que poderá ser adotado, em caráter emergencial, ainda este ano.”

Nota do Ministério da Agricultura.

Sirvo-me do texto que foi publicado pelo *Jornal do Comércio* de 11 de janeiro do ano em curso.

Quer dizer, Sr. Presidente, que ao mesmo tempo em que o País importa carne do Uruguai — e era para este dado que eu gostaria de chamar a atenção da Casa —, reconhece que a situação do produtor nacional é de tal forma difícil, que proclama a necessidade de talvez tomar providências no sentido de financiar a retenção de matrizes para evitar o seu abate exagerado. Isto é feito quando se importa carne do Uruguai, em proporções praticamente equivalentes à produção do Rio Grande do Sul, no ano passado.

De modo, Sr. Presidente, que eu acho que uma das duas medidas não está certa. Ou não deveria ser feita a importação nos moldes e nas quantidades que tem sido feita, ou então não se justificaria o financiamento das matrizes em caráter emergencial e excepcional, para evitar — diz a nota do Ministério da Agricultura — o abate excessivo de vacas.

O Sr. Agenor Maria — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

O Sr. José Lins — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD — Entre o Rio Grande do Norte e o Ceará eu sei que a Casa vai ouvir duas linguagens.

O Sr. José Lins — Vamos homenagear o Rio Grande do Norte.

O Sr. Agenor Maria — Senador Paulo Brossard, essa importação *drawback*, na minha concepção, é uma importação fajuta, porque não tem significado o Uruguai exportar carne para o Brasil, assumindo a responsabilidade pela aquisição dos subprodutos e derivados dessa mesma carne. O que se passa é alguma manobra diplomática no sentido de, por vias que não entendo bem como, querer ajudar o Uruguai, porque o que se vê no Brasil é o seguinte: há mais de dois meses que há excesso de carne e não há por que se entender uma importação *drawback*. Nossa indústria tem matéria-prima franca para industrializar. Esse descalabro, essa marginalização do pecuarista criou essa situação insustentável. É certo que, hoje, no Brasil a matriz viva vale menos que a matriz morta, ou seja, a vaca morta, hoje, vale mais que a viva. Partindo daí, chegamos à seguinte indagação: como poderemos desenvolver essa pecuária, dada essa realidade? Com estas palavras, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que faz tão brilhantemente e tão oportunamente. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PAULO BROSSARD — Agradeço o aparte do nobre representante do Rio Grande do Norte e agora quero ter o prazer de ouvir o representante cearense.

O Sr. José Lins — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>; é uma honra. Senador Paulo Brossard, há dois problemas ligados à pecuária e que certamente se inter-relacionam. Um é o relativo à reconstrução dos rebanhos e ao crescimento da produção. Quanto aos investimentos para esses fins, devemos convir que o Governo introduziu sérias restrições ultimamente, na área do crédito. Houve,

aliás, muita reclamação por parte dos criadores. Acredito que, salvo para o Estado de Goiás e talvez um pouco para Mato Grosso, em que houve pequenos créditos destinados a investimentos, o País todo tem reclamado. O outro problema diz respeito à questão do mercado internacional. Nós tanto compramos carne como vendemos a outros países. Uma importação de 66 mil toneladas de carne do Uruguai, em regime de *drawback*, representaria uma entrada efetiva de 33 mil toneladas. Isso talvez não representa senão cerca de 1 a 2% da produção nacional. Em termos de Rio Grande do Sul, certamente, isso pode trazer algum problema, de modo que V. Ex<sup>a</sup> tem razão de reclamar. Infelizmente, porém, nobre Senador, a questão do mercado sazonal de alguns dos nossos produtos como, por exemplo, a carne, o alho e a cebola que, de quando em vez importamos com alguns problemas, para os produtores nacionais, só serão resolvidos quando dispusermos de recursos para uma ampla estocagem de regularização do mercado. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Nesse sentido o problema existe e é importante.

O SR. PAULO BROSSARD — Sou grato ao aparte do nobre Senador que, como disse, por antecipação, seria diferente do aparte do Senador pelo Rio Grande do Norte.

O Sr. José Lins — Talvez não seja tão brilhante quanto o do meu colega do Rio Grande do Norte, mas é o que penso.

O SR. PAULO BROSSARD — Não se trata de brilhos, pois brilho é o que não falta a V. Ex<sup>a</sup>. As experiências é que são diferentes. É que V. Ex<sup>a</sup> teve a felicidade, até chegar a esta Casa, de ser dirigente de grandes órgãos públicos, importantes órgãos públicos, o que lhes deu a valiosa contribuição do seu talento, ao passo que o nobre Senador pelo Rio Grande do Norte tem o encargo de dirigir uma pequena fazenda, lá em Currais Novos — um pouco diferente. De modo que as experiências são diferentes.

O Sr. José Lins — Experiências complementares, certamente.

O SR. PAULO BROSSARD — Mas, nobre Senador, eu gostaria de fazer umas observações. V. Ex<sup>a</sup> falou nos investimentos e na comercialização externa. Realmente, são dois problemas inteiramente distintos.

V. Ex<sup>a</sup> disse que, em matéria de investimentos, salvo determinados setores, e limitados setores de Goiás...

O Sr. José Lins — E se não me enganou Mato Grosso.

O SR. PAULO BROSSARD — ... e Mato Grosso, que teriam sido contemplados, teria havido corte substancial e esse corte provocado, naturalmente, reações compreensíveis. É verdade.

O Sr. José Lins — Em volume muito pequeno.

O SR. PAULO BROSSARD — Agora, o que me parece, nobres Senadores, é que os investimentos não devem correr permanentemente e indefinidamente com recursos oficiais.

O Sr. José Lins — É verdade.

O SR. PAULO BROSSARD — Digo com toda a clareza. Mas também digo que para que isso não aconteça, e me parece que o ideal é que isso não acontecesse, senão ocasionalmente, era preciso que o produtor tivesse uma remuneração que lhe permitisse fazer investimentos. Aí é que está; é um círculo vicioso. O produtor não faz investimentos, ou melhor, tem de recorrer ao crédito oficial para fazer investimentos porque ele não tem poupança bastante para fazê-lo. E vive permanentemente nesse círculo vicioso. Chega a este ponto.

O Sr. José Fragelli — Nem segurança de vendas.

O Sr. José Lins — O que, certamente, depende de regulação de mercado e, portanto, de um sistema de estocagem.

O SR. PAULO BROSSARD — Quando viajo, nobre Senador — e eu sempre que posso viajo — procuro ver a zona rural dos países em que viajo. Desde a primeira vez que fui à Alemanha, a convite de seu governo, eu era deputado estadual, fiz isso.

O Sr. José Lins — V. Ex<sup>a</sup> é um estudioso.

O SR. PAULO BROSSARD — Aliás a organização que me convidara não entendia o meu interesse, porque segundo os meus títulos apresentavam eu era deputado estadual, advogado, professor universitário; e queria ver lavouras, queria ver granjas. Então, eu tinha de explicar que eu era deputado, no Rio Grande do Sul cuja economia é muito ligada aos problemas rurais e que gostaria de ver com os meus olhos e não apenas com os olhos dos outros, pelos quais vemos através das leituras; eu queria ver com os meus olhos o que lá se fazia.

Ainda no ano passado, visitei outra vez a Alemanha Ocidental. Numa tarde de domingo, passei nos Alpes da Baviera, visitando uma granja, e con-

versei demoradamente com um casal; por sinal, a família está fixada naquele local, desde mil trezentos e pouco!

De modo que indago muito sobre os preços, sobre os custos, sobre o que sobra, afinal de contas, daquele trabalho. E o que verifico, nobre Senador, é que o criador europeu, tem ônus — lá, V. Ex<sup>a</sup> sabe nada é barato — mas ele tem resultado positivo, seguro, no fim do ano.

Então, vivemos nós atrás dos recursos oficiais, dos juros ditos subsidiados, vivemos atrás do Banco do Brasil, exatamente, porque ao criador brasileiro — e digo brasileiro, porque conheço a situação do Rio Grande do Sul e acho que posso generalizar — e ao agricultor brasileiro, não se permite aquela poupança, que representa a remuneração do seu trabalho inclusive, e que dispensaria essas permanentes, sistemáticas, reiteradas passagens pelos institutos oficiais de crédito. Aí é que está — me parece que está — a raiz do problema.

Quero dizer que sou um apologista do Banco do Brasil. Não é de hoje que, nesta Casa e fora dela, tenho me referido nos termos mais elogiosos em relação a essa instituição oficial, que tenho eu, para mim, como das melhores do País.

*O Sr. José Lins — É verdade.*

**O SR. PAULO BROSSARD** — Mas o fato é que quanto mais investimento faz o produtor, seja ele agricultor, seja ele pecuarista, mas ele fica preso ao Banco, porque é uma coisa atrás da outra. E ele quanto mais investe, mas deve.

Agora, então, chegamos à situação conhecida de juros que deixaram de ser os chamados juros subsidiados — este é outro aspecto que gostaria de tocar, ainda que de passagem, no final do meu discurso — e que está criando situações de extrema dificuldade para o produtor rural.

*O Sr. Agenor Maria — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?*

**O SR. PAULO BROSSARD** — Pois não.

*O Sr. Agenor Maria* — Nobre Senador Paulo Brossard, fico muito grato. Mas este é o País das contradições e dos paradoxos. Veja bem V. Ex<sup>a</sup>: no meu Nordeste, na minha fazenda, vendo uma vaca com 200 quilos pelo mesmo preço que vendo um boi de 200 quilos. Quer dizer, se eu apurar no boi de 200 quilos, digamos, Cr\$ 60.000,00 — a Cr\$ 30,00 o quilo — vou vender a vaca de 200 quilos por 60.000,00. Em Mato Grosso do Sul e em Goiás, a vaca de 200 quilos, por incrível que pareça, vale Cr\$ 15.000,00 a menos que o boi.

*O Sr. José Lins — Discriminação de sexo...*

*O Sr. Agenor Maria* — Não entendo; no meu Nordeste a vaca gorda tem o preço do boi gordo. Em Mato Grosso do Sul, se o boi gordo estiver valendo dois mil e duzentos cruzeiros a arroba e o boi tiver, digamos, vinte arrobas, são quarenta e quatro mil cruzeiros. Mas aquela vaca, tendo as mesmas vinte arrobas, só dá para vender por trinta — perde quatorze mil cruzeiros. Por que é que o marchante de corda, na minha área, consegue fazer na vaca o mesmo que ele faz no boi e o frigorífico, aqui, no Sul, não consegue fazer? Por quê?

*O Sr. Benedito Ferreira* — Porque a carne da vaca é velha e, por isso, vale menos.

*O Sr. Agenor Maria* — Isso é roubo de frigorífico, e roubo aprovado pelo Governo.

*O Sr. Benedito Ferreira* — Não é nada disso.

*O Sr. Agenor Maria* — V. Ex<sup>a</sup> fala assim porque é dono de frigorífico.

No Nordeste a vaca tem o mesmo preço do boi, pelo menos no Nordeste, na minha área. Eu vendo gado todo ano e nunca vendi uma vaca um centavo a menos que o boi; nunca vendi. Lá, o marchante de corda consegue apurar o dinheiro que o frigorífico, aqui, no Sul, não consegue apurar.

**O SR. PAULO BROSSARD** — Pelo que eu sei, as coisas no Nordeste são diferentes das coisas do Sul. Mas, pelo que também eu sei, ou segundo os entendidos, o que acontece é o seguinte: é que a produtividade no novillo é superior ao rendimento, como se diz pelo menos lá, no Rio Grande, ao rendimento da vaca que, normalmente, não é animal novo como é o novillo.

*O Sr. Benedito Ferreira* — V. Ex<sup>a</sup> me permite uma observação? Eu fui citado como dono de frigorífico.

**O SR. PAULO BROSSARD** — Sr. Presidente, eu estou, a esta altura, com um pouco de receio de que se transforme o debate parlamentar em um debate...

*O Sr. Benedito Ferreira* — Particular.

**O SR. PAULO BROSSARD** — Eu ia dizer outra coisa...

O problema, Sr. Presidente, no meu modo de ver, não é este. É que o consumidor paga o mesmo preço, seja de boi ou seja de vaca, seja de um novi-

lho precoce, um animal de dois anos, criado em pastagem especial, plantada, semeada, adubada, ou seja, de boi manso, o boi de trabalho, o boi que puxa arado, o boi que puxa carreta, é o boi que puxa mariposa, e, por isso mesmo, tem uma carne que não pode ser comparada com a carne tenra de um animal de dois anos, criado em regime especial de alimentação. Não existe no Brasil ainda o que existe em outros países, a chamada tipificação da carne. Não é assim, nobre Senador Benedito Ferreira?

*O Sr. Benedito Ferreira* — Se V. Ex<sup>a</sup> me permitisse, eu chegaria à tipificação de carcaça. Eu diria mais, diria que o ludíbrio que existe em relação ao consumidor neste País, sobretudo no que diz respeito à carne, leva às raias do hilariante. Há poucos dias, tive a oportunidade, para honra e glória minha de, na terra de V. Ex<sup>a</sup>, na Universidade de Porto Alegre, participar de um simpósio, no qual pude mostrar para os presentes, numa modesta palestra que ali proferi, que na realidade, hoje, o criador que leva quatro anos de sofrimento e risco para produzir um boi, fica do total do preço final, pago pelo consumidor, para si, ele que gastou de 4 a 5 anos para produzir este boi, uma vez que um ano na barriga da mãe e 3 ou 4 no pasto, ele correndo esse tempo todo de risco, só percebe 48% do total do preço final pago pelo consumidor. Ainda mais...

**O SR. PAULO BROSSARD** — Se me permite?

*O Sr. Benedito Ferreira* — Pois não.

**O SR. PAULO BROSSARD** — Lembraria que em cada cem bois, que o produtor entrega na cooperativa ou no frigorífico, vinte pertencem ao Estado e à União.

*O Sr. Benedito Ferreira* — E o ICM, o FUNRURAL. V. Ex<sup>a</sup> vai por aí e chegará...

**O SR. PAULO BROSSARD** — O produtor fabrica cem para obter o preço de oitenta.

*O Sr. Benedito Ferreira* — Perfeito. No episódio da vaca, para que não parem dúvidas — nem precisaria esclarecer porque é muito elucidativo o discurso de V. Ex<sup>a</sup> — a começar pelo couro existe uma diferença, pois o couro de uma vaca não se presta, no caso dos curtumes, senão para produzir sola. Então ele vale menos de um terço do preço de um couro de boi, que atinge hoje dois mil e quatrocentos cruzeiros. Percebe-se que, só aí, já se vai uma diferença de cento e cinquenta cruzeiros por arroba em relação ao preço do boi. Depois, vem o rendimento. Um boi dá cinquenta e quatro por cento em relação ao peso vivo que ele dá de carcaça.

**O SR. PAULO BROSSARD** — Sendo bom.

*O Sr. Benedito Ferreira* — Eu estou falando de boi de Goiás. O nosso boi dá cinquenta e quatro por cento; a vaca dificilmente dá mais de 47%, sabe V. Ex<sup>a</sup> Por aí, chegaríamos ao ludíbrio que é tão comum no varejo; vende-se carne de vaca ou de boi velho, ou de marruco, como se fosse carne de bovino.

**O SR. PAULO BROSSARD** — V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Eu já vi carne saindo do estabelecimento de V. Ex<sup>a</sup>, em Goiás, que apresentada aqui, pareceu ser carne de Bagé. (Risos.)

*O Sr. Benedito Ferreira* — Carne de Bagé!

**O SR. PAULO BROSSARD** — Vou concluir, Sr. Presidente...

*O Sr. Benedito Ferreira* — V. Ex<sup>a</sup> conclui e depois eu voltarei a falar.

*O Sr. Humberto Lucena* — V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. PAULO BROSSARD** — Pois não.

*O Sr. Humberto Lucena* — V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, honra a tribuna do Senado, discorrendo sobre assunto de alto interesse nacional. O seu discurso desmente totalmente uma entrevista do Sr. Ministro da Agricultura, que a imprensa de hoje divulga, segundo a qual, este ano, o Brasil não importaria alimentos.

**O SR. PAULO BROSSARD** — Salvo o trigo.

*O Sr. Humberto Lucena* — Salvo o trigo. S. Ex<sup>a</sup> adiantava, também, quanto às exportações, que elas seriam feitas somente depois de regulado o mercado, se houvesse excedentes. Mas V. Ex<sup>a</sup> está provando que as palavras do Ministro Stabile estão muito longe da realidade dos fatos.

**O SR. PAULO BROSSARD** — Nobre Senador, semana passada o Ministro Stabile, de Washington, telegrafava à CACEX, pedindo que não fossem expedidas guias de importação de carne do Uruguai. E a versão das autoridades que autorizam as exportações é de que se tratava de um saldo do ano passado, de apenas 300 toneladas; no entanto, li aqui, e chamei atenção para as datas, jornais uruguaios de janeiro e fevereiro dão notícias diferentes, além do testemunho dos rio-grandenses que vêem com seus olhos os caminhões cruzando as estradas com carne uruguaia.

Queira Deus que tal não aconteça, mas chegará o dia em que esses caminhões, carregando carne uruguaia, serão interceptados nas estradas e serão abertos e a carne vai ser tirada dos caminhões e distribuída a quem quiser. E só aí, então, o Governo Federal vai acordar, porque só depois que os sojicultores rio-grandenses colocaram as máquinas nas ruas foi que o Governo acordou para a realidade. Pouco valeram as intervenções havidas nesta Casa do Congresso. Foi preciso que as máquinas trancassem as ruas e as estradas para que o Governo resolvesse voltar atrás naquele confisco ilegal e abusivo sobre o preço da soja.

*O Sr. Humberto Lucena — É verdade.*

**O SR. PAULO BROSSARD —** Prossigo, Sr. Presidente, chamando a atenção para este aspecto, que me parece de particular importância, relativo ao abate indiscriminado de matrizes. O fato é de tal natureza que agora o Ministro da Agricultura já falava na possibilidade de ser adotado um financiamento para a retenção de matrizes e o nobre Senador por Goiás aludia a uma reunião do Conselho Monetário Nacional, recentemente realizada, que teria afinal adotado esta providência. E é verdade. O Ministro Stábile, há coisa de uma semana, falando em Porto Alegre, na inauguração do novo prédio da FARSUL — no dia 10 de março para ser preciso — dava notícias de que o Governo concederia um financiamento de 10 milhões para a retenção de matrizes e que o Banco do Brasil, com a mesma finalidade, faria financiamento também da ordem de 10 bilhões.

*O Sr. José Lins — Quinze bilhões.*

**O SR. PAULO BROSSARD —** Falou em 10.

*O Sr. Benedito Ferreira — Vinte e cinco bilhões.*

**O SR. PAULO BROSSARD —** Então seriam 25 bilhões. Vinte e cinco bilhões! O nobre representante de Goiás disse que essa é uma medida sem precedentes. Sempre entendi que essa seria uma boa medida, exatamente porque entendo que a conservação das fontes do rebanho é de importância capital. Não se pode destruir, numa época desfavorável, aquilo que custa tanto a fazer. É preciso conservar fundamentalmente o ventre, o que produz.

Eu perguntaria ao nobre Senador a que preço será feito esse financiamento?

*O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex<sup>a</sup> indaga o preço dos juros?*

**O SR. PAULO BROSSARD —** Sim.

*O Sr. Benedito Ferreira — 45%, correspondendo...*

**O SR. PAULO BROSSARD —** Com mais PROAGRO.

*O Sr. Benedito Ferreira — Não, não há PROAGRO.*

**O SR. PAULO BROSSARD —** 45% líquido, nem mais nem menos.

*O Sr. Benedito Ferreira — 45%.*

**O SR. PAULO BROSSARD —** Eu lembraria que financiar matrizes, nesta época, a juros de 45% é um risco para quem toma o empréstimo.

*O Sr. Benedito Ferreira — Considerando o preço do bezerro, V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão.*

*O Sr. José Lins — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?*

**O SR. PAULO BROSSARD —** É aquilo que eu dizia há pouco, nobre Senador. Quanto mais investimento faz, mais devendo fica aquele que investe. Toma agora o empréstimo a 45%; se não houver uma mudança, se a situação persistir como vem de dois anos para cá, ele, na melhor das hipóteses, trocaria de dinheiro.

*O Sr. Benedito Ferreira — De oito anos para cá, Ex<sup>a</sup>*

**O SR. PAULO BROSSARD —** Fico nos últimos dois anos. Na melhor das hipóteses, o tomador do empréstimo não perderia dinheiro, digo, na melhor das hipóteses, acho que perderia.

De modo que, com o maior respeito às boas intenções daqueles que tomaram essa decisão, ou eu muito enganado estou ou a providência não é uma boa providência, levando em consideração, especialmente, o que diz o próprio Ministério na nota oficial a que fiz referência e da qual eu extraí duas ou três passagens. É nota oficial, na qual o Ministério fala no processo de intensificação de abate de matrizes que está em marcha. Palavras do Ministério, não são minhas.

*O Sr. Benedito Ferreira — Para coibir, não é isso?*

**O SR. PAULO BROSSARD —**

“O Ministério da Agricultura atribui o estímulo creditício para retenção de matrizes, no rebanho, importante instrumento para evitar o abate excessivo de vacas nesta fase...”

Quer dizer, o fato existe, o fenômeno está ocorrendo!

*O Sr. José Lins — V. Ex<sup>a</sup> me permite? (Assentimento do orador.) —* Nobre Senador Paulo Brossard, este assunto é, realmente, da maior importância. A questão de juro é, para nós, crucial. Fato importante é que todo o juro dispensado pelos órgãos federais, ao setor agropecuário, é juro subsidiado. A agricultura...

**O SR. PAULO BROSSARD —** Eu, a esse respeito, já manifestei a minha discordância.

*O Sr. José Lins —* Mas V. Ex<sup>a</sup> há de convir que, tomando o Governo recursos do público, por empréstimo a 80 ou 90% e emprestando a 35 e 45%...

**O SR. PAULO BROSSARD —** Perdão, perdão, nobre Senador pelo Ceará,...

*O Sr. José Lins —* Não me refiro a investimentos, mas a custeio...

**O SR. PAULO BROSSARD —** ... os depósitos compulsórios recolhidos, — por isto mesmo que compulsórios — obrigatoriamente ao Banco Central, os depósitos compulsórios não custam isso. Durante muito tempo não custavam nada; o custo era zero; hoje, não sei se custa alguma coisa.

*O Sr. José Lins — V. Ex<sup>a</sup> se engana. Os depósitos compulsórios representam apenas uma parte...*

**O SR. PAULO BROSSARD —** Então, não se pode falar em juros subsidiados.

*O Sr. José Lins —* O depósito compulsório representa apenas uma parte dos recursos aplicados na agropecuária. Feita uma composição de custos, os empréstimos do Banco do Brasil são altamente subsidiados. Todos sabemos disso. O custo, ao produtor, em termos de juros, é subsidiado, de vez que temos uma inflação de cerca de 100%. V. Ex<sup>a</sup> porém levanta outro problema sério que é o da descapitalização do produtor, que se manifesta não apenas no âmbito da agropecuária. Hoje há um amplo movimento nas classes produtoras, inclusive na indústria, no sentido de conseguir alguma medida para a capitalização das empresas privadas.

**O SR. PAULO BROSSARD —** Em compensação, os jornais de ontem ainda davam notícia a respeito dos bancos. Os bancos, no ano de 1981, dobraram o seu capital líquido, depois de todas as deduções possíveis e imagináveis.

*O Sr. José Lins — V. Ex<sup>a</sup> tem razão.*

**O SR. PAULO BROSSARD —** Não é que eu seja hostil aos bancos, mas é que acho iníquo que só os bancos consigam isso, porque se os bancos conseguissem, se o agricultor conseguisse, muito bem, então, seria — digamos assim — um bom ano. Mas acontece que, nesta catástrofe universal, existe esta instituição agraciada por obra de Deus, ou do diabo.

*O Sr. José Lins —* Peço licença a V. Ex<sup>a</sup>. Este assunto é tão importante que eu gostaria de comentar um pouco mais a respeito. V. Ex<sup>a</sup> tem razão, os bancos privados estão ganhando muito dinheiro. O produto do setor financeiro representa apenas cerca de 8 a 9% do produto nacional. Mas é preciso notar que os juros, em termos gerais, são parte ditados por instituições privadas e parte por instituições oficiais. Ora, em razão disso, os dados estão aí para demonstrar que, em média, o custo do dinheiro como um todo ainda é subsidiado. Chegamos a conclusão de que o maior vilão chama-se inflação. A inflação tem penalizado a empresa privada, apesar dos custos subsidiados dos juros para alguns setores. Ela nos impede a manter os preços ao consumidor, muitas vezes sem o conseguir. Isso porém redundará em penalização ao produtor. Há um círculo vicioso, difícil de quebrar. O ideal seria encontrar uma fórmula de se capitalizar as empresas, para que elas não dependessem tanto do dinheiro emprestado, porque enquanto elas trabalharem com 70, 80, 90% e os pequenos até com 100% de recursos de terceiros, não poderão se manter.

**O SR. PAULO BROSSARD —** Não há processo econômico que resista. Muito antes de os juros terem chegado a estas formas alarmantes, despudoradas que atingiram já pelo exame dos balanços — e não eram de empresas pequenas, não, eram até de grandes empresas os custos financeiros representavam a parcela que mais pesava...

*O Sr. José Lins — V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão.*

**O SR. PAULO BROSSARD —** ... no balanço dessas empresas. O salário, a matéria-prima ficavam lá embaixo, eram os custos financeiros que oneravam tremendamente a empresa; isso quando os juros não tinham chegado a este mar alto a que chegaram.

*O Sr. José Lins — V. Ex<sup>a</sup> tem razão e era esse ponto que eu queria levantar, ponto que se enquadra no contexto do discurso de V. Ex<sup>a</sup>*

O SR. PAULO BROSSARD — Eu teria muito gosto em discutir esse problema, mas, realmente, não é possível até porque o meu tempo já está por se findar.

O Sr. José Lins — V. Exª nos dá muito prazer e, se a Mesa puder dar-lhe mais algum tempo, nós o ouviremos com o maior encantamento.

O SR. PAULO BROSSARD — Realmente, seria este um outro problema e só ele capaz de absorver não um discurso e não apenas uma tarde, mas uma sessão inteira de trabalhos, tal as suas dimensões, a sua complexidade, a sua importância e o gigantismo que ele foi tomando e hoje tomou.

Ao mesmo tempo em que o Estado se tomou de poderes absolutos, sobre tudo e sobre todos, a começar pela economia, foi exatamente aí, quando o poder podia tudo, que a taxa da inflação disparou com a velocidade de um cometa.

Mas, isto é outro tema que, realmente, não era minha intenção tratar e nem poderia fazê-lo agora, nesta altura.

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. José Fragelli — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD — Estou encerrando, Sr. Presidente, mas, antes de fazê-lo, ouço o nobre Senador Dirceu Cardoso e a seguir o Senador José Fragelli, para terminar as minhas considerações.

O Sr. Dirceu Cardoso — Nobre Senador, V. Exª, como sempre, está fazendo uma análise percuciente e profunda da situação nacional. Não está trazendo ao conhecimento da Casa um diagnóstico; V. Exª está denunciando uma diátese da situação da pecuária brasileira em todas as unidades federativas. O que está ocorrendo no Rio Grande do Sul está ocorrendo em Mato Grosso, em São Paulo, em Minas, no Espírito Santo, no Nordeste inteiro. A morte contínua e freqüente das matrizes do nosso rebanho vai trazer dificuldades profundas, amanhã.

O SR. PAULO BROSSARD — E isto vai ter um custo muito alto.

O Sr. Dirceu Cardoso — Exatamente. Vou simplificar isso numa frase que nós usamos lá no nosso Estado: "Aqueles que mungem a vaca e não lhe dão feno, primeiro perdem o leite, depois, perdem a vaca".

O SR. PAULO BROSSARD — Mutatis mutandis, esta é a situação.

O Sr. Dirceu Cardoso — O Brasil já está perdendo suas vacas.

O SR. PAULO BROSSARD — Vou encerrar, Sr. Presidente, mas antes de fazê-lo quero ter o prazer de ouvir o nobre Senador José Fragelli.

O Sr. José Fragelli — Nobre Senador, quero apenas apresentar fatos, porque raciocínio e argumentos ninguém tem melhor do que V. Exª. O custeio para pecuária, a que se referiu o nobre Líder da Maioria, é mais formal ou, talvez, fictício do que real. Temos ido à procura — digo nós, numerosos pecuaristas — de financiamentos de custeio e quando chegamos ao banco ouvimos assim: "é verdade, estamos autorizados a fazer o custeio, mas não temos os recursos". Segundo, acabo de receber um telefonema de Maracaju, um dos grandes municípios pecuaristas, dizendo-me que em contratos assinados no ano passado pelo Banco do Brasil, foi entregue a primeira parcela e, este ano, o banco alega não ter dinheiro e não está cumprindo os contratos assinados. Eu pergunto: Que custeio é este? E, no Banco do Brasil, realmente, fui informado, de boa fonte, que não há recursos, que o esforço vai ser feito para o cumprimento dos contratos assinados. Depois desses, ninguém sabe quando poderá haver custeio. Estou relatando fatos a V. Exª.

O SR. PAULO BROSSARD — E esses fatos são tanto mais graves, porque não dependem da boa ou má-vontade do Banco do Brasil.

O Sr. José Fragelli — Perfeito. Não acuso a instituição.

O SR. PAULO BROSSARD — A demanda é tão grande, em consequência do empobrecimento do produtor rural, que não há dinheiro que chegue para atender a essa demanda. Isso é que me parece particularmente sério. É que a demanda é cada vez maior, porque cada vez maior é o empobrecimento do produtor rural e sua carência de recursos. E há determinadas despesas que ele tem de fazer mesmo que não queira.

O Sr. José Lins — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD — Pois não.

O Sr. José Lins — O crédito subsidiado é, realmente, uma dificuldade grande para a economia do País. V. Exª chamou a atenção para o alto volume dos recursos de empréstimos que as empresas estão utilizando. Eu diria principalmente no setor primário. No caso do custeio, que o Governo chega a financiar até 100% da produção. Ora, como esse juro é subsidiado, e altamente subsidiado, certamente que alguém vai pagar esse subsídio. Mas, na medida em que as empresas...

O Sr. José Fragelli — Para a pecuária, não.

O Sr. José Lins — Para a pecuária, também, exceto para investimentos.

O Sr. José Fragelli — Para custeio não há dinheiro; acabo de dizer que não há dinheiro para custeio. Os jornais dizem que o Banco do Brasil fará financiamento de custeio. V. Exª vai à agência e não recebe o dinheiro, nem de contratos assinados; acabei de dizer: nem de contratos assinados.

O Sr. José Lins — Faço a ressalva. No momento, realmente, está havendo dificuldade para custeio.

O SR. PAULO BROSSARD — Então, não há motivo para controvérsia.

O Sr. José Lins — Mas por quê? Porque o Governo tenta, como V. Exª sabe, reduzir a participação dos emprestados. Isto é, se o custo ao produtor é de 100, o Governo, ao invés de emprestar 100, tende a emprestar 50 ou 60. Assim, ele poderia estender o atendimento a outros. No entanto, o que se dá é que os produtores desejam que esse percentual seja ainda maior.

O SR. PAULO BROSSARD — Eu não diria que os produtores desejam; eu diria que os produtores necessitam e aí é que está a dificuldade.

O Sr. José Lins — Tem razão V. Exª. É um problema de descapitalização das empresas.

O SR. PAULO BROSSARD — E vou continuar, para encerrar...

O Sr. Roberto Saturnino — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD — Pois não.

O Sr. Roberto Saturnino — Custa-me muito interromper o magnífico discurso de V. Exª, mas eu pediria licença só para lembrar que, ao ouvir esse debate em torno da existência ou não de recursos, da possibilidade ou não de elevar-se o subsídio ao produtor rural por parte do Banco do Brasil, lembro-me de ter lido, ontem, ou anteontem, a incrível, a inacreditável notícia de que o Banco do Brasil, no ano passado, honrou avais de pessoas jurídicas e pessoas físicas, num valor de 5 bilhões de dólares, mais de 700 bilhões de cruzeiros...

O SR. PAULO BROSSARD — Ah, mas aí é que está, nobre Senador.

O Sr. Roberto Saturnino — ... e contabilizando esses avais a juros relativamente baixos e estimulando, por conseguinte, a inadimplência. Quer dizer, o Banco do Brasil, provavelmente, continuará honrando avais de empréstimos a órgãos públicos, a que critérios, ninguém sabe...

O SR. PAULO BROSSARD — Dinheiro há, recursos há!

O Sr. Roberto Saturnino — É uma questão de orientação, de destinação...

O SR. PAULO BROSSARD — É uma questão de honestidade, é uma questão de seriedade...

O Sr. Roberto Saturnino — Claro.

O SR. PAULO BROSSARD — Agora, quando um banco do Estado, quando o Banco do Brasil se permite pagar bilhões e bilhões de devedores inadimplentes, dos quais foi avalista, parece que, quanto a isso, não acontece nada. Acho que, talvez, amanhã, se fizerem um inquérito, é capaz de o Procurador da República voltar a ser assassinado. Dependendo do vulto, do prejuízo, pode voltar a ocorrer isso.

O Sr. José Lins — V. Exª faz uma profunda injustiça ao Banco do Brasil.

O SR. PAULO BROSSARD — Não, não é em relação ao Banco do Brasil; é em relação ao Governo.

O Sr. José Lins — O aval nada tem a ver com desembolso de dinheiro. V. Exª sabe disso.

O SR. PAULO BROSSARD — É o caso de repetir o estadista da Paraíba que, quando candidato à Presidência da República, disse: "Eu sei onde está o dinheiro." Quer dizer, o dinheiro existe, dinheiro existe no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Eu pediria que V. Exª concluísse, porque temos mais um orador inscrito.

O SR. PAULO BROSSARD — Vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo que, sob o título: "Na matança de fêmeas, o sinal da crise pecuária", o *O Estado de S. Paulo*, de domingo, 14 de março, publicou alguns informes importantes:

"Só no mês de janeiro, 40 frigoríficos filiados ao Sindicato do Frio do Estado de São Paulo abateram 79.826 vacas, 32,76% do total do mês — 243.835 cabeças (em janeiro de 81, o descarte foi de 18,15%, considerado normal)."

O ano passado, 18%; neste ano, 32%, no mesmo mês do ano.

No Rio Grande do Sul, 45% dos abates efetuados este ano foram de matrizes; em Mato Grosso do Sul, essa taxa foi de 60%; em Minas, de 55%. E essa situação, dizem os pecuaristas, é comum a todo o País.

Estes são dados, Sr. Presidente, são dados a retratar.

*O Sr. Benedito Ferreira* — Em Goiás, foi de 73%.

*O SR. PAULO BROSSARD* — Goiás, 73%.

Vejam então, estamos com este quadro. Creio que, então, o Rio Grande do Sul está com a taxa mais baixa, 45%. Mato Grosso do Sul com 60%; Minas Gerais com 55%; Goiás, 73%, socorre-me o eminente Senador.

No ano passado, 27% dos animais abatidos foram fêmeas, dois milhões e setecentas mil cabeças em nove milhões e novecentos ao todo. Neste ano, a estimativa do Ministério da Agricultura é que o abate atinja a 40%, 4 milhões e 800 mil, em 12 milhões. E, pelo que vejo, essa estimativa talvez seja superada pelos acontecimentos, talvez! Não quero fazer previsões e nem tenho porque fazê-las. Apenas, limito-me a chamar a atenção para a gravidade, e diria mesmo, a universalidade do problema, porque o problema não é do Rio Grande do Sul e não é de Goiás. Pelo que se viu, é de todo o País. Quanto isto vai custar para o País? Esta, a indagação.

Então, concluo, dizendo que, ao mesmo tempo em que o Governo reconhece o fato do abate excessivo e anormal de matrizes, que é um sinal mais expressivo da crise, e enquanto, para diminuir os efeitos do fenômeno, anuncia um financiamento especial para evitar exatamente este excesso, mediante a retenção de matrizes, enquanto isto ocorre, Sr. Presidente, continuará a importação de carne do Uruguai.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem! Palmas.)*

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 24-3-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

*O SR. EVANDRO CARREIRA* (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os servidores públicos civis do Brasil integram a grande massa trabalhadora brasileira. E, como tal, não poderiam deixar de receber agasalho desta liderança que responde pelos interesses dos trabalhadores brasileiros. Nos idos de novembro de 1979, a política governamental achou por bem, através da Lei nº 6.708, instituir a semestralidade para os aumentos salariais de todos os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Este regime estabeleceu um critério mais ou menos justo de reposição do salário aviltado com a inflação, que é galopante, mês a mês, quanto mais sob o fluxo de um ano, esvazia totalmente qualquer salário, que perde completamente o seu valor aquisitivo. Porém, seis meses já alivia a barra dos minguados recursos do trabalhador CLT.

Entretanto, o funcionário público civil do Brasil, seja ele federal, estadual ou municipal, até hoje aguarda essa benesse, até hoje implora o beneplácito da política governamental para também ter corrigido, de seis em seis meses, o seu ordenado, que é insultado e aviltado pela inflação galopante.

*O Sr. Humberto Lucena* — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

*O SR. EVANDRO CARREIRA* — Com muita honra, ilustre Líder do PMDB, Senador Humberto Lucena.

*O Sr. Humberto Lucena* — Em primeiro lugar congratulo-me com V. Exª por assumir a liderança, nesta Casa, do Partido dos Trabalhadores, e sei o quanto V. Exª fará no sentido de defender as reivindicações da grande massa trabalhadora brasileira. Conheço de perto o seu talento, a sua cultura, V. Exª tem, à mão, instrumentos de trabalho poderosíssimos para servir a sua causa. Mas, o que quero neste instante, em nome da Liderança do PMDB no Senado Federal, é juntar minha voz a de V. Exª na defesa dos servidores civis da União. V. Exª tem inteira razão e eu já fiz aqui, nesta Casa, vários pronunciamentos neste mesmo sentido. Não há por que se delongar mais a extensão, aos servidores públicos civis da União, da semestralidade do reajuste salarial. Isto é uma iniquidade, é uma afronta ao princípio de isonomia, segundo o qual "todos são iguais perante a lei". Lembro ainda a V. Exª que o nobre senador Affonso Camargo é autor de uma proposta de emenda constitucional, que obteve parecer contrário da Comissão Mista do Congresso Nacional, que, indo a plenário, não obteve quorum, porque o PDS retirou-se em massa; e a segunda votação dessa emenda já deveria ter sido feita, porque o seu prazo se esgota dia 29 deste mês mas não o foi, porque o nobre Líder Nilo Coelho, do PDS, no Senado, posicionou-se contrariamente a sua apreciação, de novo, pelo Congresso Nacional.

Então, veja V. Exª que há um preconceito contra os servidores públicos da União, a partir de 1964; há uma prevenção contra os seus direitos, porque não é só o reajuste semestral, é o novo estatuto, dentro do qual vários outros direitos lhes terão que ser assegurados, entre os quais a extensão do 13º salário que, como sabe V. Exª, é uma velha conquista do trabalhador brasileiro. Em suma; o discurso de V. Exª seria o meu discurso como Líder do PMDB, em favor dos servidores públicos.

*O SR. EVANDRO CARREIRA* — Muito obrigado, nobre Senador Humberto Lucena, principalmente pelo fato de me dirigir palavras de estímulo ao responder pela liderança do Partido dos Trabalhadores nesta augusta Casa. E o faço convicto, certo de que não há outro caminho, não há outra vereda a palmilhar para a transformação da sociedade brasileira para obtermos e alcançarmos uma justiça social, senão aquela pela qual vimos lutando e reivindicando; salários justos e vida condigna. Tudo isso só será possível no dia em que o trabalhador brasileiro estiver organizado, politizado e conscientizado. Só assim nós alcançaremos essa justiça social decantada; fora deste quadro será puro nefelibatismo, ficaremos sempre sonhando, trocando casuísmos contra casuísmos e exercendo uma atividade beletrista, puramente estética e oratória, sem nenhuma repercussão, sem nenhuma ressonância na grande massa trabalhadora brasileira.

Só há uma saída: é a organização consciente do trabalhador. No dia em que o trabalhador estiver politizado e conscientizado através de núcleos de base, de distritos políticos nas bases, nas periferias, nas fábricas, nós poderemos remover montanhas, derrubar a tirania e o arbítrio que nos sufocam. Fora disso faremos grandes tertúlias oratórias e demagógicas *ad infinitum*, sob a proteção de Deus e da doce vida brasileira.

*O Sr. Roberto Saturnino* — V. Exª me permite, nobre Senador?

*O SR. EVANDRO CARREIRA* — Com muita honra, nobre Senador.

*O Sr. Roberto Saturnino* — Tenho ouvido com atenção os discursos de V. Exª, ouço mais essa colocação oportuníssima que faz nesta tarde, assim como tenho ouvido e ouvi o aparte do nobre Líder, Senador Humberto Lucena. Ouvimos todos, há pouco, também, o brilhante discurso do senador José Richa, no qual ele alertou para a importância do exemplo vindo da autoridade. Acho que, se a posição do PMDB é essa de apoio ao funcionalismo, de exigência por parte das autoridades de um mínimo de atenção e de atendimento às justíssimas reivindicações do funcionalismo, inclusive essa, o reajuste semestral, o seu governador, o único governador de Estado que o PMDB tem, que é o Governador do Estado do Rio, deveria dar o exemplo. Não deveria tratar o funcionalismo da forma pela qual trata. Deveria, por exemplo, dar, este ano, um reajuste pelo menos justo, igual ao da inflação. A inflação oficial foi de 95%, e o Governador Chagas Freitas dá ao funcionalismo 85% em duas vezes. Já não digo que desse a semestralidade. Acho, até, que deveria dar o exemplo de reajustar, de seis em seis meses, se essa é a posição oficial do seu Partido. Mas essa questão do exemplo e da coerência é muito importante, porque uma coisa é um Partido fora do poder e pregar determinadas posições, e outra coisa é o Partido no poder fazer exatamente o contrário daquilo que prega fora do poder. Então, isso para mim é fundamental; para mim é essencial, porque é isto que inspira a confiança do povo nos políticos e nos Partidos: a coerência, a consistência com as suas pregações, com aquilo que defende, com os pontos de vista que sustenta. E, lamentavelmente, não é o que ocorre com o PMDB que é um Partido de Oposição aguerrido, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, mas no poder, no exercício do poder; o segundo Estado mais importante da Federação age em sentido exatamente oposto ao que prega nas Casas do Congresso.

*O SR. EVANDRO CARREIRA* — Nobre Senador Roberto Saturnino, agasalho o seu aparte como a moldura definitiva do meu discurso. V. Exª colocou com muita propriedade: a coerência está acima de tudo. E não nos esqueçamos de que os meios de comunicação aprimoraram-se de tal sorte, eles são tão penetrantes, tão agudos, tão sensíveis, tão reais e tão onipresentes que o povo brasileiro não pode mais ser engodado com a palmadinha nas costas, para voltar no outro dia.

Tem que haver coerência. Os políticos que não forem coerentes serão retirados da vida pública. Não se esqueçam de que o povo está atento!

Agora mesmo o estamos notando nas pesquisas e nas amostragens, por ocasião do debate entre o nosso ilustre companheiro Franco Montoro e o ilustre Prefeito de São Paulo: o povo é unânime afirmando que a coisa foi oca, faltou substância! O Senador Montoro levou vantagem, em virtude da sua habilidade retórica, da sua facilidade; mas o fato é que não houve substância, que se explicou como é que se irá governar de baixo para cima. De que maneira irá governar-se de baixo para cima? Como se exercitará esse Governo? Como o povo irá se manifestar? Através de quê? De lideranças de cúpula, de torres de marfim? Não! É exatamente esta a proposta do Partido dos

Trabalhadores. As decisões têm que vir de base. Mas como? Elas têm que ser discutidas; elas têm que ser dirigidas nos núcleos de base que ficam nos subúrbios, dirigidas nas fábricas, nas periferias, em todas as comunidades. Depois de discutidas, representantes dos núcleos de base levam esses resultados a uma assembléia. E essa assembléia torna a rever, a discutir e a ruminar aquelas decisões de base que irão, conseqüentemente, a um nível maior que é o nível de decisão última.

Um Secretário de Estado, em São Paulo, então, no governo do Lula, será escolhido nas bases; o nome dele será discutido na periferia, em todas as comunidades, pelos trabalhadores. Depois, quando chegar lá em cima, já tendo o resultado, o nome, o governador nomeará aquele que o trabalhador escolheu. Isto sim é prática! É uma técnica razoável, lúcida e clara para se apresentar ao povo. Não são apenas palavras soltas, ocas e incoerentes.

V. Ex.<sup>a</sup> emoldurou o meu discurso. Obrigado!

*O Sr. Humberto Lucena* — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EVANDRO CARREIRA** — Com muita honra, nobre Senador Humberto Lucena.

*O Sr. Humberto Lucena* — Diante do aparte do nobre Senador Roberto Saturnino, a quem homenageio sempre, pelas suas reconhecidas qualidades intelectuais e morais, eu deveria dizer que a posição do PMDB como Partido, sobre a questão salarial dos servidores públicos é exatamente esta a que me referi em meu aparte a V. Ex.<sup>a</sup> Se, porventura, há um governador de Estado hoje do PMDB e não está seguindo esta orientação, ele está...

**O SR. EVANDRO CARREIRA** — Fugindo...

*O Sr. Humberto Lucena* — ... fora das linhas gerais de política social traçadas pelo Partido, em relação aos assalariados, notadamente em relação aos servidores públicos que têm sido os mais penalizados pelo Movimento militar de 1964. No mais V. Ex.<sup>a</sup> aí referiu-se — ao responder ao nosso nobre colega — ao debate na televisão entre o Prefeito Reinaldo de Barros e o Senador Franco Montoro. V. Ex.<sup>a</sup> alegou que o Senador Franco Montoro saiu-se melhor apenas pelo seu poder verbal, pela sua habilidade, etc., etc. Neste ponto gostaria de lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> porque é um líder autêntico, pois aquele debate foi um debate tremendamente prejudicado pelas pressões sobre a emissora de televisão. Tudo isto está no jornal e foi denunciado, inclusive, pelo Senador Franco Montoro. Houve uma censura imensa, a ponto de o debate ter sido prejudicado. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que ao invés de um grande debate a nível nacional, em que o entrevistador deveria colocar as grandes questões, de volta à democracia, do combate à inflação, de custo de vida, de política salarial, de desnacionalização da economia, o que se viu foram perguntas que nos levaram a um debate pequeno, o qual não sensibilizou o povo brasileiro, porque girou em torno de problemas pessoais e nada mais. Acho que aquele debate caiu muito de produção, não agradou ao povo de um modo geral, menos por culpa do Senador Franco Montoro que realmente foi o grande vitorioso, e até do Prefeito Reinaldo de Barros, do que por culpa do entrevistador da emissora que cedeu às pressões vindas de fora, para que determinados problemas sobretudo de natureza institucional, não fossem colocados no ar, porque talvez isso não interessasse ao sistema dominante de poder.

**O SR. EVANDRO CARREIRA** — Nobre Líder Humberto Lucena, agradeço penhorado o seu aparte, porém com relação à colocação de coerência feita pelo ilustre Senador Roberto Saturnino, parece-me que ela é muito válida. Esta coerência, o povo está avaliando, no momento em que assiste a uma união partidária, onde o único governador que se diz de oposição, não obedece aos critérios previstos no programa do partido, e finca pé lançando a sua sucessão o Sr. Miro Teixeira, oriundo do partido incorporado e extinto. Que oposição é esta? Incoerente ou oportunista?

Sabe-se, de antemão, que o Sr. Chagas Freitas não tem, nem nunca teve, nem nunca terá a intenção de acompanhar qualquer ideologia ou propósito que contrarie a vontade discricionária do Palácio do Planalto. Tanto assim é que nunca se propôs, nem está se propondo, e com certeza jamais se proporá a essa semestralidade!

Com relação ao debate, eu gostaria de lembrar ao meu ilustre companheiro de Senado, Senador Humberto Lucena, que para os entrevistados, foram concedidos 10 minutos para expor o seu pensamento, para expor as suas idéias, para dizer das razões da sua candidatura ao governo de São Paulo, sem nenhuma interferência. Não houve interferência da censura, não houve interferência sequer daquele que dirigia os trabalhos. O que se percebeu foi sonoridade, risotas, jamais o debate tomado a sério, não houve uma explicação profunda, autêntica, real, clara, lúcida de como o Estado de São Paulo deverá ser governado, quais são as propostas, como é que o povo vai participar desse governo. Ou vai ficar eternamente a torre de marfim? Ou vai conti-

nuar o andor substituindo apenas os santos, em vez dos santos do PDS, serão os santos do PMDB.

Digo-lhes enquanto não colocarmos o trabalhador no Poder e não se diga que o trabalhador não tem competência para dirigir esta Nação, ele a tem e a tem de sobra, porquanto tem competência para viver com o salário mínimo. Ele consegue fazer um milagre ao sobreviver com o salário mínimo. São mais de 90 milhões de pessoas driblando, todo o dia e todo o ano, o mercado, as despesas de colégio, de farmácia, de habitação e vestuário, verdadeiro milagre.

Senador, o meu tempo se esvai e não é mais possível conceder o aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já está esgotado. Já se decorreram os vinte minutos e temos outros oradores inscritos.

*O Sr. Humberto Lucena* — Só um ligeiro aparte, não me demoro um segundo. Lembrei-me de um fato importante, com relação à discussão do Rio de Janeiro. Tenho informações de que o Governador Chagas Freitas não é filiado a partido nenhum.

**O SR. EVANDRO CARREIRA** — Ele não é filiado, tem apenas um "filho" no PMDB, que é o Sr. Miro Teixeira.

*O Sr. Humberto Lucena* — É importante esse registro, o Governador Chagas Freitas até hoje não se filiou ao PMDB.

*O Sr. Roberto Saturnino* — A informação que tenho é precisamente ao contrário. Ele era filiado ao PP e hoje é automaticamente filiado ao PMDB.

**O SR. EVANDRO CARREIRA** — Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, voltando à vaca-fria que é exatamente a semestralidade dos proventos dos servidores públicos civis do Brasil, eu gostaria de fazer um apelo à Liderança da Maioria, que está tão interessada em ganhar essas eleições de 15 de novembro de 82: ilustres companheiros da Maioria, há quatro milhões e meio de servidores públicos civis no Brasil e todos são eleitores, todos votam, e cada um desses pode arrebatar, pelo menos, três votos consigo. Seriam, pelo menos, 15 milhões de votos que o PDS poderia ganhar agora, se não deixassem a emenda do ilustre Senador Affonso Camargo ser estrangulada no próximo dia 29 de março.

Dia 29 é o termo definitivo, extingue-se o prazo para a emenda. Ela será fatalmente arquivada se não for apreciada até o dia 29 do corrente mês. Faço um apelo ao Governo: ganhe esses 15 milhões de votos, atendendo a essa emenda, porque os louros não serão de Affonso Camargo, os louros serão do Governo. A Nação está atenta, o servidor público está atento. Ele há de reconhecer que foi o Governo que atendeu a um apelo, a uma solicitação do ilustre Senador Affonso Camargo e, então, os louros serão do Governo, do Partido do Governo.

A emenda que concede aumento semestral ao servidor público civil de acordo com o INPC vai ser estrangulada no dia 29, salvem-na senhores governistas. É o apelo que faço.

Muito agradecido, Sr. Presidente, pela sua benevolência. (*Muito bem!*)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DINARTE MARIZ NA SESSÃO DE 24-3-82 E QUE, ENTRE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. DINARTE MARIZ** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Não estava em Brasília, no dia 18 deste mês, quando aqui falecia um dos norte-rio-grandenses mais dedicados à vida pública e ao desenvolvimento do meu Estado.

Estava no Nordeste no dia 18 deste mês quando falecia, nesta Capital, o Dr. José Xavier da Cunha, Procurador do INCRA, norte-rio-grandense de nascimento, meu velho, querido e inesquecível amigo, companheiro de muitas lutas políticas.

José Xavier da Cunha foi Deputado Estadual no Rio Grande do Norte. Honrado, inteligente, movimentado, depois de seu mandato foi para o Rio de Janeiro onde ocupou uma das diretorias do Instituto do Sal, depois exerceu as funções de Advogado do Instituto do Açúcar e do Alcool e, em seguida, foi nomeado Procurador do INCRA, naquela época com outra sigla, em cujas funções veio a falecer.

Ninguém mais do que ele soube viver com a simplicidade e uma vida quase boêmia. Amigo de todos, acessível, bom, inteligente, Sr. Presidente, era um homem que parece ter nascido para obsequiar os seus semelhantes. Quem o conheceu ou com ele privou jamais esquecerá a sua figura interessante de amigo correto e leal que ele foi durante toda a sua vida.

Meu grande companheiro de lutas políticas, foi ao meu lado um dos fundadores da União Democrática Nacional no Rio Grande do Norte e, apesar de ter se retirado da vida pública pelas funções que exerceu no Centro-Sul do

País, jamais perdeu os vínculos com seus companheiros de jornada política. Ele, realmente, representava aquilo que é inato aos nordestinos, simples, correto, corajoso, sempre afeito às lides políticas, mas sempre voltado, também, para o bem comum. Embora distante, guardou sempre fidelidade à sua província, dedicando especial atenção a todos os conterrâneos que o procuravam. Era, como já disse, uma figura interessante, amigo dos mais dedicados, leal, franco, corajoso.

Deixa viúva Dona Ieda Dias Moreira da Cunha, e onze filhos do casal: João Dalton, José Xavier Júnior, Lincoln, Franklin, Maria Alcídia, Ana Maria, Manoel Sinval, Calvero, Daniel, Alina e Ieda Filha. Estes são os filhos, os frutos do casal, cuja cabeça desaparece, neste momento.

Sr. Presidente, deixo aqui à família enlutada os meus mais profundos pesares pelo desaparecimento desse amigo querido; era um homem de fartas amizades, de grande relacionamento, um trabalhador incansável. A doença que o acamou e que o vitimou o encontrou em plena atividade, só deixando de frequentar a sua repartição poucos meses antes do fatal acontecimento.

Com essas palavras, Sr. Presidente, encerro este meu discurso, nesta hora triste em que registro um acontecimento que me deixa tanta saudade e que há de perdurar no meu espírito, enquanto vida eu tiver.

#### CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

##### ATA DA 63ª REUNIÃO

Às nove horas do dia dezanove de março de ano de mil novecentos e oitenta e dois, no Gabinete do Diretor Executivo do CEGRAF, sob a presidência do Senador Jorge Kalume e presentes os Conselheiros: Aiman Nogueira da Gama, Luiz do Nascimento Monteiro, Sarah Abrahão e Luciano de Figueiredo Mesquita. Presentes, também, Marcos Vieira, Geraldo Freire de Brito, Francisco Olímpio Pereira Marçal, Mário Cesar Pinheiro Maia e Aloisio Barbosa de Sousa, respectivamente, Diretor Executivo, Diretor Administrativo, Diretor Industrial, Encarregado Divisão Industrial e Assessor Jurídico do Centro Gráfico. Abertos os trabalhos, o Presidente passa a palavra ao Dr. Marcos Vieira, que apresenta relatório sobre a situação orçamentária do CEGRAF, comprometendo-se a entregar na próxima segunda-feira, dia 22 de março do corrente ano, ofício ao Presidente do Conselho sobre a posição dos sub-repasses mensais referentes ao item outros-custeios, até o dia 19 de março. Após os esclarecimentos e posicionamento quanto às dificuldades encontradas pela Administração, em decorrência dos cortes ocorridos nos sub-repasses e que até o momento não foram regularizados. O Dr. Aiman Nogueira da Gama solicita a palavra e esclarece que os bloqueios estão sendo feitos pela Comissão de Programação Financeira ligada à SEPLAN e que até

o momento não há uma data prevista para a remessa da verba bloqueada. Após o que, o Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, retoma a palavra e esclarece que o assunto será tratado por ele diretamente com o Senhor Presidente do Senado Federal, para que, juntos, possam verificar as providências que deverão ser tomadas com a necessária urgência que o caso exige. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Dr. Marcos Vieira que passa às mãos do Conselheiro Aiman Nogueira da Gama, na condição de Diretor-Geral do Senado Federal, o 1º Relatório de Manutenção do Centro Gráfico, esclarecendo aos demais membros do Conselho que a manutenção foi realizada no período de 20 de janeiro a 20 de fevereiro, época em que os funcionários do CEGRAF se encontravam em férias coletivas e que todo o serviço foi executado sob sua supervisão direta e por funcionários do próprio Órgão. Medida elogiada por todos. Retomando a palavra, o Presidente solicita ao Conselheiro Aiman Nogueira da Gama que profira parecer sobre Processo número 0118/82-CEGRAF, já distribuído anteriormente, e que versa sobre alienação de aparas de papel. Após relato minucioso do parecer, o Conselheiro conclui pela homologação da alienação, esclarecendo que o processo está dentro dos preceitos legais vigentes. O Presidente coloca em discussão o parecer, e não havendo quem se manifesta contrariamente, considera aprovado por unanimidade. Passando-se ao 3º item da pauta, o Senhor Presidente apresenta aos Conselheiros o Processo número 2051/81-CEGRAF, aprovado por ele *ad referendum* do Conselho de Supervisão, em virtude da urgência e impossibilidade de reunião do Conselho no período em que a matéria chegou às suas mãos. A matéria é aprovada e assinada por todos os membros. Em seguida o Presidente recebe do Dr. Marcos Vieira o Processo número 0141/81-CEGRAF, onde os Diagramadores do CEGRAF solicitam uma revisão na jornada de trabalho o mesmo é distribuído ao Conselheiro Luciano de Figueiredo Mesquita para emitir parecer. Continuando, o Presidente passa a palavra ao Dr. Marcos Vieira, que apresenta aos Conselheiros uma Tabela de Preços, onde procurou-se, de acordo com as diretrizes já traçadas pela Administração, estabelecer preços subsidiados para todos os trabalhos gráficos solicitados pelos Senhores Parlamentares, tabela esta já aprovada pelo Senhor Presidente do Conselho de Supervisão do CEGRAF. Nesta tabela, esclarece o Diretor Executivo, procurou-se ver principalmente a singularidade do período que se está atravessando. Após a explanação, agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos. Eu, Maurício Silva, Secretário do Conselho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos demais membros. Brasília, 19 de março de 1982. — *Jorge Kalume*, Presidente — *Aiman Nogueira da Gama*, Vice-Presidente — *Sarah Abrahão*, Membro — *Luiz do Nascimento Monteiro*, Membro — *Luciano de Figueiredo Mesquita*, Membro — *Marcos Vieira*.